



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020-EMATER/PA

OBJETO: O processo licitatório tem como objeto a **Contratação de Empresa Especializada no fornecimento de Serviços de Consultoria para desenvolver ajustes de Cadastramento de Informações Ambientais e Rurais nos Ambientes Desktop, Web e Mobile do SIGA-EMATER, incluindo Treinamentos e Consultorias para os Administradores e Usuários, conforme especificação relacionada no item 15 deste Termo de Referência e no Item 04 do Edital, para atender as necessidades do Convênio nº 761392/2011-MAPA e da EMATER/PA, de acordo com as normas e diretrizes abaixo estabelecidas.**



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020.

O ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ**, empresa pública, inscrita no CNPJ nº 05.402.797/0001-77, com sede na BR316, Km 12, s/nº, CEP: 67.200-970, Marituba, Pará, neste ato representada pela Presidente, **SRA. CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA MARTINS**, tendo sido designada a Pregoeiro (a) e a Equipe de Apoio pela **Portaria n.º 0045/2020, de 21/01/2020**, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará, edição do dia 24/01/2020, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da legislação pertinente, especialmente Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 1.093/2004, Decreto nº 2.069/2006, Lei nº 6.474/2002, Decreto n.º 877/2008, Instrução Normativa n.º 018/2008-SEFA, Decreto n.º 878/2008, Decreto n.º 1.173/2008 e o Decreto Estadual nº 543/2020, que regula o Pregão Eletrônico no âmbito Estadual, subsidiariamente, a e demais legislação correlata. Irão realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

UASG: 925298 – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ-EMATER/PA.

1. DA SESSÃO PÚBLICA.

- 1.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em Sessão Pública, dirigido (a) pelo (a) Pregoeiro (a), a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DIA: 30 / 10 / 2020.

HORÁRIO: 09h00min horas (horário de Brasília).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir da Divulgação do Edital no site do www.comprasnet.gov.br

PROCESSO Nº 2020/598403.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

2. DO OBJETO.

2.1. A presente licitação tem como objeto a **Contratação de Empresa Especializada no fornecimento de Serviços de Consultoria para desenvolver ajustes de Cadastramento de Informações Ambientais e Rurais nos Ambientes Desktops, Web e Mobile do SIGA-EMATER, incluindo Treinamentos e Consultorias para os Administradores e Usuários, conforme especificação relacionada no item 15 deste Termo de Referência e no Item 04 do Edital, para atender as necessidades do Convênio nº 761392/2011-MAPA e da EMATER/PA, de acordo com as normas e diretrizes abaixo estabelecidas.**

2.2. Caso as especificações deste objeto encontrem-se discordantes no Comprasnet e neste Edital, prevalecerão as constantes nesse Edital de Pregão Eletrônico nº 009/2020.

3. DO VALOR DO PREGÃO ELETRÔNICO.

3.1. O Valor Orçamentário Estimado da presente aquisição é de até **R\$ 269.999,68 (Duzentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).**

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS DIVERSOS SERVIÇOS.

4.1. Descrição e valor de referência:

ITEM	CÓDIGO SIMAS	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
------	--------------	-----------------------	---------	--------	-------------------

01	22913-0	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA APOIO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DE NUVEM PRIVADA	UND.	01	R\$ 269.999,68
----	---------	--	------	----	----------------

4.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) Desenvolver ajustes no SIGA-EMATER, implementando funcionalidades de gestão e acompanhamento das atividades relacionadas à emissão de CAR em ambientes: Desktop, Web e Mobile.
- b) Desenvolver funcionalidades no SIGA-EMATER de gestão e acompanhamento de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADA, em ambientes Desktops, Web e Mobile.
- c) Adequar funcionalidades de planejamento, sistematização, acompanhamento e disseminação de informações das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para ambientes Desktops, Web e Mobile de forma integrada;
- d) Adequar funcionalidades de diagnósticos de cadeias produtivas.
- e) Modelar e implementar um banco de dados geográficos com suporte às funcionalidades dos aplicativos para o CAR, PRADAS, ATER e Diagnóstico de Cadeias Produtivas.
- f) Possibilitar a elaboração de indicadores para o assessoramento, monitoramento e avaliação das atividades de ATER;
- g) Gerar relatórios e gráficos sobre o desempenho das atividades desenvolvidas pela EMATER-PARÁ;

4.3. PRODUTOS ESPERADOS

4.3.1. PRODUTO 01: AJUSTES NO SISTEMA SIGA WEB:

4.3.2. MÓDULOS DE CADASTRO

4.3.3. Permitir cadastro alfanumérico.

4.3.4. Permitir a importação e exportação de dados em formato ESRI Shapefile, GPS Exchange Format e Keyhole Markup Linguagem (Kml).

4.3.5. Permitir a criação de novas feições geográficas com geometria de ponto, linha e polígonos diretamente na base de dados.

4.3.6. Recursos para edição de novas feições geográficas a partir do fornecimento de coordenadas geográficas ou planas, para as geometrias de ponto, linha e polígono.

4.3.7. Permitir a criação de novas feições geográficas com geometria de ponto, linha e polígonos, a partir de arquivos em vários formatos, incluindo:

4.3.8. TXT;

4.3.9. ASC;

4.3.10. DAT;

4.3.11. DBF;

4.3.12. Permitir a remoção lógica de registros a partir da seleção de uma ou mais feições geográficas.

4.3.13. Suportar operações de remoção em cascata a partir de elementos com comportamento de dependência.

4.3.14. Permitir a atualização de atributos de uma única feição.

4.3.15. Permitir a atualização de atributos de um conjunto de feições selecionadas.

4.3.16. Oferecer ferramentas para atualização da geometria (vértices) de uma determinada feição.

4.4. OBJETIVO DO FLUXO:

4.4.1. Cadastro de informações de Assistência Técnica a Extensão Rural - ATER;

4.4.2. Beneficiário de (ATER) como Pessoa Física - PF tendo a possibilidade de Pessoa Jurídica – PJ, em caso de MEI.

4.4.3. Unidade de Produção.

4.4.4. Ficha de ATER.

4.4.5. Organização Social.

4.4.6. Informações de Crédito Rural.

4.4.7. PROATER - Programação Mensal dos Escritórios da EMATER-PARÁ. Cadastro de usuários.

4.4.8. Módulo Coletor – Base cartográfica.

4.5. ENTRADAS:

4.5.1. CADASTRO DE USUÁRIOS.

4.5.2. Matrícula: Obrigatório, numeral.

4.5.3. Data de Cadastro: Obrigatório, automática, data e hora em que o item foi registrado.

4.5.4. Nome: obrigatório, texto livre.

4.5.5. E-mail: obrigatório, texto livre.

4.5.6. Telefone: obrigatório, texto livre.

4.5.7. Sexo: obrigatório, selecionar de uma lista (M ou F).

4.5.8. Data de Nascimento: obrigatório, padrão de data.

4.5.9. CPF: obrigatório, padrão receita federal. RG: obrigatório, texto livre.

4.5.10. Órgão emissor do RG: obrigatório, texto livre.

4.5.11. Lotação: obrigatório, selecionar de uma tabela de lotação.

4.5.12. Tipo de cargo: Não obrigatório, selecionar de uma tabela de cargo.

4.5.13. Formação ou Cargo: Obrigatório, selecionar de uma tabela de formação e cargo.

4.5.14. Situação funcional: obrigatório, selecionar de uma tabela de situação.

4.5.15. Início do exercício: obrigatório, padrão data.

4.5.16. Endereço: obrigatório, padrão.

4.6. CADASTRO DE BENEFICIÁRIO DE ATER.

4.6.1. CPF/CNPJ: Obrigatório, deverá ser validado pelo sistema.

4.6.2. Nome completo: Obrigatório, campo texto editável.

4.6.3. Apelido: não obrigatório campo texto, editável.

4.6.4. Sexo: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

4.6.5. Estado Civil: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.6.6. Nacionalidade: obrigatório, campo de texto editável.

4.6.7. Naturalidade: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.6.8. Data de Nascimento: obrigatório, campo de data, editável.

4.6.9. Documento de identidade: Não obrigatório campo texto, editável.

4.6.10. Órgão emissor: Não obrigatório campo texto, editável.

4.6.11. Data de emissão: Não obrigatório campo de data, editável.

- 4.6.12. Escolaridade:** obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.
- 4.6.13. Nome da Mãe:** Obrigatório, campo texto, editável.
- 4.6.14. Quantidade de membros na família:** obrigatório, campo texto, editável.
- 4.6.15. ENDEREÇO RESIDENCIAL:** Apenas 01 endereço por beneficiário de ATER.
- 4.6.16. CEP:** Não obrigatório campo texto, editável. Pode buscar o endereço através do CEP informado.
- 4.6.17. Endereço:** obrigatório, campo texto, editável.
- 4.6.18. Nº:** não obrigatório campo texto, editável.
- 4.6.19. Complemento:** não obrigatório campo texto, editável.
- 4.6.20. Bairro:** não obrigatório campo texto, editável.
- 4.6.21. Município:** obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.
- 4.6.22. UF:** obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão. Com possibilidade de incluir UF que fazem fronteira com o Pará.
- 4.6.23. Telefone Fixo:** não obrigatório campo texto, editável.
- 4.6.24. Celular:** não obrigatório campo texto, editável.
- 4.6.25. E-mail:** não obrigatório campo texto, editável.
- 4.6.26. Comunidade:** não obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem da tabela de comunidade ou cadastrar a comunidade.

4.6.27. Organização Social: não obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem ou cadastrar a organização.

4.7. INFORMAÇÕES GERAIS:

4.7.1. Público: obrigatório, deve ser selecionado 01 de uma listagem da tabela de público (em caso de Ribeirinho, abrir a segunda escolha). Quando o público for produtor rural fechar as abas relacionadas à DAP.

4.7.2. Descrição do Produto: Não obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais de uma listagem de produtos vinculada a cada uma das classes das atividades produtivas.

4.7.3. Descrição dos Derivados: Não obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais de uma listagem de derivados vinculado a cada um dos produtos das atividades produtivas.

4.7.4. Atividade Produtiva: automática, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem da divisão de atividades produtivas.

4.7.5. Grupo da Atividade Produtiva: automática, deve ser selecionado 1 ou mais de uma listagem da divisão vinculada a cada uma das atividades produtivas.

4.7.6. Classe da Atividade Produtiva: automática, deve ser selecionado 1 ou mais de uma listagem da classe vinculada a cada uma das divisões das atividades produtivas.

4.7.7. Nº do NIS: não obrigatório campo texto, editável.

4.7.8. Possui DAP: Sim ou Não, se for “Não”, não abrir os Campos referentes a DAP.

4.7.9. Nº DAP: não obrigatório campo texto, editável. Se possuir DAP deve ser obrigatório.

4.7.10. Data de emissão DAP: não obrigatório campo data, editável.

4.7.11. Data de validade DAP: não obrigatório campo data, editável. O sistema deve tornar a DAP vencida inativa.

4.7.12. Enquadramento da DAP: não obrigatório, deve ser selecionado 1 de uma listagem de DAP's.

4.7.13. Entidade responsável pela emissão da DAP: não obrigatório, deve ser selecionado o1 opção de uma listagem da tabela de origem DAP por ordem crescente.

4.7.14. DAP é vinculada a DAP Jurídica?: Sim ou Não. Quando for sim abrir campos para registros de número, validade e responsável pela emissão.

4.8. ACESSO A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS:

4.8.1. Nome dos programas: Não obrigatório, deve ser selecionado 01 opção ou mais opções de uma listagem dos programas

4.9. INTEGRANTE FAMILIAR: Pode ser cadastrado 01 ou mais integrante por beneficiário.

4.9.1. Nome completo: Obrigatório campo texto, editável.

4.9.2. Grau de parentesco: obrigatório, deve ser selecionado 01 de uma listagem.

4.9.3. Data de Nascimento: obrigatório, campo data, editável.

4.9.4. Sexo: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.9.5. Estado Civil: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.9.6. Escolaridade: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.9.7. Naturalidade: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.9.8. CPF: Obrigatório para Cônjuge. Para os demais não obrigatórios, deverá ser validado.

4.9.9. Documento de identidade: não obrigatório campo texto, editável.

4.910. Órgão emissor: não obrigatório campo texto, editável.

4.9.11. Data de emissão: não obrigatório campo texto, editável.

4.10. INFORMAÇÕES DE REGISTRO:

4.10.1. CPF: Obrigatório, campo numérico, editável.

4.10.2. Empregado responsável pelo cadastro: Obrigatório, preenchimento automático do técnico logado no sistema, mas permitir alteração com perfil de chefia.

4.10.3. Motivo do cadastro: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.10.4. Escritório: Obrigatório, automático.

4.10.5. Data do cadastro: Obrigatório, campo data, automático.

4.10.6. Situação do cadastro: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.10.7. Data da última alteração: Obrigatório, campo data, automático.

4.10.8. Usuário da última alteração: Obrigatório, preenchimento automático do técnico logado no sistema.

4.11. CADASTRO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO:

4.11.1. INFORMAÇÕES DA UNIDADE DE PRODUÇÃO: (Quando for pescador cadastro específico de Pescadores adicionar campos).

4.11.2. Data do cadastro: obrigatório, campo data, automático.

4.11.3. Denominação da Unidade de Produção: obrigatório, campo texto, editável.

4.11.4. CEP: não obrigatório campo texto, editável.

4.11.5. Endereço: não obrigatório campo texto, editável.

4.11.6. Número: não obrigatório campo numérico, editável.

4.11.7. Complemento: não obrigatório campo texto, editável.

4.11.8. Bairro: não obrigatório campo texto, editável.

4.11.9. Município: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.11.10UF: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.11.11. Detalhamento do acesso: não obrigatório campo texto, editável.

4.11.12. Comunidade: não obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem padrão.

4.11.13. Transição agroecológica: não obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem padrão.

4.11.14. Caracterização de domínio: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.11.15.Área legal: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.11.16.Área real: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.11.17. Receita agropecuária: não obrigatório campo moeda, editável.

4.11.18. Outras receitas: não obrigatório, informar receita a partir de listagem prévia;

4.11.19. Número do CAR: não obrigatório automático.

4.11.20. Data do CAR: não obrigatório automático.

4.11.21. Energia elétrica: não obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.11.22. Abastecimento de Água: não obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.11.23. Coordenada Geográfica: obrigatório, campo alfanumérico, editável.

4.11.24. Área de Preservação Permanente – APP: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.11.25. Área de Cultura Permanente: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.11.26. Área de Reserva Legal: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.11.27. Área de Pastagem: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.11.28. Área de Cultura Temporária: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.11.29. Outros: não obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.12. SE PESCADOR.

4.12.1. PESCADOR - CARACTERIZAÇÃO DA EMBARCAÇÃO.

4.12.2. Nome anterior da Embarcação: não obrigatório campo texto.

4.12.3. Nome atual da Embarcação: não obrigatório campo texto.

4.12.4. Comprimento: obrigatório campo texto.

4.12.5. Boca: obrigatório campo texto.

4.12.6. Pontal: obrigatório campo texto.

4.12.7. Ton. Bruta: obrigatório campo texto.

4.12.8. Ton. Líquida: obrigatório, campo texto.

4.12.9. Mat. do casco: obrigatório, campo texto.

4.12.10. Ano de construção: obrigatório, campo texto.

4.12.11. Situação atual: obrigatório, campo texto.

4.12.12. Nº de tripulantes: obrigatório, campo texto.

4.12.13. Propulsão: obrigatório, campo texto.

4.12.14. Tipo de motor: obrigatório, campo texto.

4.12.15. Potência do motor: obrigatório, campo texto.

4.12.16. Consumo óleo/hora: obrigatório, campo texto.

4.12.17. Consumo lubrificante: obrigatório, campo texto.

4.12.18. Autonomia de pesca (dias): obrigatório, campo texto.

4.12.19. Ano de Fabricação: obrigatório, campo texto.

4.12.20. Insc. Capitania: obrigatório, campo texto.

4.12.21. Insc. MA: obrigatório, campo texto.

4.12.22. Motor Auxiliar: obrigatório, campo texto.

4.12.23. Tipo de motor: obrigatório, campo texto.

4.12.24. Potência do motor: obrigatório, campo texto.

4.12.25. Consumo óleo/hora: obrigatório, campo texto.

4.12.26. Consumo lubrificante: obrigatório, campo texto.

4.12.27. Ano de Fabricação: obrigatório, campo texto.

4.12.28. Consumo médio anual óleo ano anterior (lit): obrigatório, campo texto.

4.29. CARACTERÍSTICAS DAS PESCARIAS:

4.12.30. Tipo de pescaria: obrigatório, campo texto.

4.12.31. Local de pesca: obrigatório, campo texto.

4.12.32. Dias de mar: obrigatório, campo texto.

4.12.33. Dias efetivos pesca: obrigatório, campo texto.

4.12.34. Espécies Capturadas: obrigatório, campo texto.

4.12.35. Produção média /Captura (Kg): obrigatório, campo texto.

4.12.36. Época: obrigatório, campo texto.

4.12.37. Valor médio R\$: obrigatório, campo texto.

4.12.38. Local de Comercialização: obrigatório, campo texto.

4.12.39. Tamanho (comp. ou n.º anzóis): obrigatório, campo texto.

4.12.40. Discriminação: obrigatório, campo texto.

4.12.41. Quantidade (Unid. ou metros): obrigatório, campo texto.

4.12.42. Estado de Conservação: obrigatório, campo texto.

4.12.43. Material de fabricação: obrigatório, campo texto.

4.13. INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS DO BENEFICIÁRIO:

4.13.1. CPF/CNPJ: obrigatório, campo texto, editável. Vincular a um ou mais beneficiários de ater.

4.13.2. Nome: obrigatório, campo texto, editável.

4.13.3. Descrição da benfeitoria: não obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem de benfeitorias.

4.13.4. Estado de conservação da benfeitoria: não obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.5. Quantidade de benfeitorias: não obrigatório campo numérico, editável.

4.13.6. Descrição de máquinas ou equipamentos: não obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem de máquinas e equipamentos.

4.13.7. Estado de conservação de máquinas ou equipamentos: Não obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.8. Quantidade de máquinas ou equipamentos: Não obrigatório campo numérico, editável.

4.13.9. Descrição dos semoventes: Não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem de semoventes.

4.13.10. Quantidade dos semoventes: Não obrigatório campo numérico, editável.

4.13.11. Informações sobre a produção:

4.13.12. Descrição da Cultura: Não Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem de cultura.

4.13.13. Descrição do Sistema de Produção: Não Obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.14. Área Plantada: Não Obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.13.15. Ciclo de produção: Não Obrigatório campo data, editável.

4.13.16. Mês/ano de plantio: Não Obrigatório campo data, editável.

4.13.17. Área colhida: Não Obrigatório campo numérico decimal, editável.

4.13.18. Mês/ano de colhida: Não Obrigatório campo texto, editável.

4.13.19. Unidade de medida: Não Obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.20. Quantidade: Não obrigatório campo texto, editável.

4.13.21. Descrição da criação: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.22. Sistema de produção: Não obrigatório, deve ser selecionado 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.23. Ano: obrigatório, campo numérico, editável.

4.13.24. Unidade de medida: não obrigatório retorno automático de acordo da cultura.

4.13.25. Quantidade: obrigatório, campo numérico, editável.

4.13.26. Descrição dos serviços/artesanatos: obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem.

4.13.27. Ano: obrigatório, campo numérico, editável.

4.13.28. Unidade de medida: não obrigatório retorno automático de acordo da cultura.

4.13.29. Quantidade: obrigatório, campo numérico, editável.

4.13.12. Informações sobre comercialização:

4.13.12.1. Destino da comercialização: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.13.12.2. Produto/serviço: obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.13.12.3. Mês/ano: não obrigatório campo data, editável.

4.13.12.4. Unidade de medida: obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.12.5. Quantidade consumida pela família: não obrigatório campo numérico, editável.

4.13.12.6. Quantidade comercializada: não obrigatório campo numérico, editável.

4.13.12.7. Valor Unitário R\$: não obrigatório campo numérico, editável.

4.13.12.7. Valor Total R\$: não obrigatório campo numérico, editável.

4.13.13. Informações do registro:

4.13.13.1. Técnico Responsável: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.13.2. Escritório: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.13.13.3. Data da última alteração: Obrigatório, campo de data, editável.

4.13.13.4. Usuário da última alteração: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.14. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PROATER.

4.14.1. Data de registro: obrigatório, data de postagem do PROATER.

4.14.2. Período inicial: obrigatório, data de início das atividades previstas no PROATER.

4.14.3. Período final: obrigatório, data de finalização das atividades previstas no PROATER.

4.14.4. Escritório: obrigatório, escritório onde foi feito o PROATER.

4.14.5. Nome do programa: texto descritivo, campo obrigatório, os programas são definidos pelo escritório central.

4.14.6. Nome do projeto: texto descritivo, campo obrigatório, os projetos são definidos pelo escritório central. Cada projeto faz parte de um programa.

4.14.7. Nome do Subprojeto: texto descritivo com limite de caracteres, campo obrigatório os subprojetos são definidos pelo escritório local. Cada subprojeto faz parte de um projeto. O sistema deve informar o usuário quando algum campo não for preenchido, mesmo os

campos não obrigatórios.

4.14.8. Data de cadastro do subprojeto: Data de registro do subprojeto, obrigatório.

4.14.9. Mês/Ano de início: ano de início de vigência do subprojeto.

4.14.10. Mês/Ano de término: ano de término da vigência do subprojeto.

4.14.11. Responsável: funcionário/técnico responsável pelo projeto, campo obrigatório.

4.14.12. Responsável substituto: funcionário/técnico que substituiu o primeiro responsável pelo subprojeto. Campo não obrigatório.

4.14.13. Justificativa: Texto livre.

4.14.14. Objetivo Geral: Texto livre.

4.14.15. Objetivos Específicos: Texto livre.

4.14.16. Metas: Metas a serem alcançadas em cada subprojeto.

4.14.16.1. Descrição da meta: campo obrigatório, com limitação de caracteres.

4.14.16.2. Quantidade da meta: Campo obrigatório, valor decimal.

4.14.16.3. Unidade de medida: texto livre com limites de caracteres, campo obrigatório.

4.14.17. Metodologias de ATER: Métodos e técnicas de trabalho junto ao beneficiário.

4.14.17.1. Método/técnica: Selecionado a partir de uma tabela, campo obrigatório.

4.14.17.2. Mês/ano: obrigatório no formato mm/aaaa.

4.14.17.3. Quantidade: Obrigatório, quantidade de metodologia planejada para ser aplicado,

valor decimal.

4.14.18. Beneficiários de ATER: Beneficiários de ATER: quantidade de beneficiários de ATER por comunidade, categoria, atividade produtiva e ano.

4.14.18.1. Comunidade: comunidade do beneficiário, selecionado da tabela existente de comunidades, campo obrigatório. O sistema não deverá carregar automaticamente as unidades do escritório local.

4.14.18.2. Categoria: categoria do beneficiário, selecionado da tabela existente de categoria de beneficiários, campo obrigatório.

4.14.18.3. Atividade produtiva: atividade produtiva do beneficiário deve ser selecionada da tabela existente de atividades produtivas, campo obrigatório.

4.14.18.4. Ano: ano em que se planeja atender os beneficiários.

4.14.18.5. Quantidade: quantidade planejada para atendimento dos beneficiários, de acordo com a comunidade, categoria e atividade produtiva. Campo obrigatório.

4.14.19. Previsão orçamentária: é a previsão orçamentária por ano. Podem existir várias ocorrências por subprojeto.

4.14.19.1. Ano: ano em que será aplicado o valor planejado da previsão orçamentária. Campo obrigatório.

4.14.19.2. Valor: valor da previsão orçamentária no ano, valor em moeda. Campo obrigatório.

4.15. PROGRAMAÇÃO MENSAL.

4.15.1. Compromisso da agenda: um por compromisso.

4.15.1.1. Evento: obrigatório, texto livre com limitação de caracteres.

4.15.1.2. Local: não obrigatório texto livre com limitação de caracteres.

4.15.1.3. Assunto/outros detalhes: não obrigatório texto livre sem limitação de caracteres.

4.15.1.4. Entidades participantes: não obrigatório texto livre sem limitação de caracteres.

4.15.1.5. Data de início: obrigatório, campo de data. A data não pode ser maior que a data de término.

4.15.1.6. Data de término: obrigatório, campo de data. A data não pode ser menor que a data de início.

4.15.1.7. Hora de início: não obrigatório campo de hora. A hora não pode ser maior que a hora de término.

4.15.1.8. Hora de término: não obrigatório campo de hora. A hora não pode ser menor que a hora de início.

4.15.1.9. Dia inteiro: obrigatório, indica se o compromisso levará o dia inteiro.

4.15.1.10. Alerta: obrigatório, avisar o usuário sobre o compromisso.

4.15.1.11. Tipo de compromisso: obrigatório, opções exclusivas: “interno” ou “externo”.

4.15.1.12. Descrição do tipo de compromisso: não obrigatório, selecionar a descrição de uma tabela de tipos de compromissos.

4.15.1.13. Situação do compromisso: obrigatório, selecionar de uma tabela de situações do compromisso.

4.15.1.14. Encaminhamento: não obrigatório texto livre sem limite de caracteres.

4.15.1.15. Informações de registro: um por compromisso.

4.15.1.16. Escritório: obrigatório, automático, deve ser preenchido com o escritório onde o compromisso foi registrado. A informação deve ser relacionada com tabela de escritórios.

4.15.1.17. Funcionário: obrigatório, automático, deve ser preenchido com o funcionário que registrou o compromisso. A informação deve ser relacionada com tabela de funcionários.

4.15.1.18. Data e hora do registro: obrigatório, automático, data e hora em que o compromisso foi registrado ou alterado.

4.15.1.19. Técnicos envolvidos no compromisso: um ou vários por compromisso.

4.15.1.20. Nome do técnico: não obrigatório. Deve ser aplicado o filtro de funcionários do escritório onde está sendo registrado o compromisso.

4.15.1.21. Comunidades envolvidas no compromisso: uma ou várias por compromisso.

4.15.1.22. Nome da comunidade: obrigatório, deve ser recuperada da tabela de comunidades. Deve ser aplicado o filtro de comunidades do escritório onde está sendo registrado o compromisso.

4.16. CADASTRO DA FICHA DE ATER.

4.16.1. INFORMAÇÕES PRINCIPAIS.

4.16.2. Data da ação: Obrigatório, campo de data, editável.

4.16.3. Município da ação: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.4. UF: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.5. Origem do Recurso Financeiro: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.6. Método Inicial: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.7. Técnica de ATER: Não Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.8. Ferramenta de ATER: Não Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.9. Método Final: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.10. Finalidade da ação: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.11. Projeto: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.12. Temática/assunto: Não obrigatório campo texto, editável.

4.16.13. Resumo da ação: Não obrigatório campo texto, editável.

4.16.14. Orientação Técnica: Não obrigatório campo texto, editável.

4.16.15. Parcerias: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.16. Criação/Cultura/Serviço: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.17. Técnico participante: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.18. Comunidade: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.19. Organização social: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.20. Data prevista para nova visita: Não obrigatório campo de data, editável.

4.16.21. Técnico Responsável: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.22. Escritório: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.23. Beneficiários: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.24. Situação da FATER: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.16.25. Usuário da última alteração: Obrigatório, deve ser selecionado 01 ou mais opções de uma listagem padrão.

4.16.26. Data da última alteração: Não obrigatório campo de data, editável.

4.16.27. Beneficiário não cadastrado: Não obrigatório, deve possuir um cadastro mínimo de informação.

4.17. CADASTRO DE COMUNIDADE.

4.17.1. INFORMAÇÕES GERAIS.

4.17.2. Município: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.17.3. UF: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.17.4. Nome da Comunidade: Nome da Comunidade: Obrigatório, campo texto, editável.

4.17.5. Descrição da localização: obrigatório, campo texto, editável.

4.17.6. Coordenada geográfica: obrigatório, campo alfanumérico, editável.

4.18. CADASTRO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL.

4.18.1. INFORMAÇÕES GERAIS:

4.18.2. Nome: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.3. Sigla: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.4. CNPJ: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.5. Tipo de Organização: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.18.6. Quantidade de filiados: Obrigatório, campo numérico, editável.

4.18.7. Endereço eletrônico: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.8. Endereço: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.9. Número: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.10. Complemento: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.11. CEP: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.12. Município: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.18.13. UF: Obrigatório, deve ser selecionada 01 opção de uma listagem padrão.

4.18.14. Nome do responsável: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.15. Telefone fixo: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.16. Celular: Obrigatório, campo texto, editável.

4.18.17. Localização geográfica: Obrigatório, campo alfanumérico, editável.

4.19. CRÉDITO RURAL.

4.19.1. Projeto Crédito Rural: um por projeto cadastrado.

4.19.2. Identificação do projeto: obrigatório, identificador gerado pelo sistema.

4.19.3. Título do projeto: obrigatório, campo de texto livre.

4.19.4. Descrição do projeto: obrigatório, campo de texto livre, sem limite de caracteres.

4.19.5. Agente financeiro: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de agentes financeiros. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

4.19.6. Linha de crédito: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de linhas de crédito. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

4.19.7. Tipo de crédito: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de tipos de crédito. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

4.19.8. Público beneficiário: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de públicos beneficiários. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

4.19.9. Comunidade: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de comunidades. Filtrar as comunidades de acordo com o escritório local.

4.19.10. Técnico de campo: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de funcionários. Implementar busca por matrícula. Por padrão, o técnico autenticado no sistema já deverá estar preenchendo este campo.

4.19.11. Técnico elaborador: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de funcionários. O técnico elaborador pode ser o próprio técnico de campo. Implementar busca por matrícula. Por padrão, o técnico autenticado no sistema já deverá estar preenchendo este campo.

4.19.12. Movimentação sobre o financiamento: um por projeto cadastrado.

4.19.13. Situação do projeto: obrigatório. Essa situação deve ser selecionada a partir de uma lista e controlada manualmente. Quando for selecionada a situação “encerrada”, exibir uma mensagem de confirmação de encerramento e não permitir mais alterar o registro de crédito rural.

4.19.14. Data da elaboração: obrigatório, campo de data.

4.19.15. Data da internalização: não obrigatório campo de data.

4.19.16. Data de contratação: não obrigatório campo de data.

4.19.17. Data de vigência: não obrigatório campo de data.

4.19.18. Valor elaborado: obrigatório, campo de moeda.

4.19.19. Valor contratado: não obrigatório campo de moeda (valor padrão deve ser zero).

4.19.20. Informações do registro: um por projeto cadastrado.

4.19.21. Escritório responsável: obrigatório, automático, escritório onde o cadastro do crédito rural foi registrado. Data e hora de registro: obrigatório, automático, data e hora que o cadastro de crédito rural foi registrado.

4.19.22. Visitas: uma ou várias por projeto cadastrado.

4.19.23. Data da visita: obrigatório, campo de data.

4.19.24. Resumo sobre a visita: não obrigatório texto livre sem limite de caracteres.

4.19.25. Data do registro: obrigatório, automático, data de registro.

4.19.26. Técnico da visita: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de funcionários. Filtrar os funcionários de acordo com o escritório local.

4.19.27. Técnico que registrou: obrigatório, a informação deve ser selecionada automaticamente da tabela de funcionários de acordo com o funcionário autenticado no sistema.

4.19.28. Proponente: um ou vários por projeto cadastrado.

4.19.29. CPF/CNPJ do beneficiário: obrigatório. O CPF deve ser recuperado do cadastro de beneficiários. Se não existir, permitir cadastrar o beneficiário pela tela já existente de cadastro. O CNPJ deve ser recuperado do cadastro de organização social. Se não existir, permitir cadastrar usando a tela existente de cadastro.

4.19.30. DAP: obrigatório. Quando o proponente for pessoa física, recuperar a última DAP do cadastro de beneficiário. Quando for pessoa jurídica, permitir informar a DAP manualmente.

4.19.31. Classificação do porte do proponente: não obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de classificações do proponente. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

4.19.32. Data e hora de registro: obrigatório, automático, data e hora em que o proponente foi registrado.

4.19.33. Itens: um ou vários por projeto cadastrado.

4.19.34. Tipo de item: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma nova tabela de tipos de itens: cultura; criação; máquinas, equipamentos e insumos; e benfeitoria. Essas

informações devem servir para filtrar a informação para o campo “descrição do produto”.

4.19.35. Descrição do produto: obrigatório, recuperar do cadastro de produtos e do cadastro de bem, de acordo com o tipo de item selecionado.

4.19.36. Variedade: não obrigatório, deve ser usado quando o tipo de item for cultura vegetal.

4.19.37. Unidade de medida: obrigatório, recuperar da tabela de unidade de medida. Este campo deve ser preenchido para qualquer tipo de item.

4.19.38. Área financiada: obrigatório, em hectares, informada manualmente. Somente para o tipo de item “cultura”.

4.19.39. Raça: não obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de classificações do proponente. Essa tabela pode ser editada pelo usuário. Este campo deve ser usado quando o tipo de item for cultura animal.

4.19.40. Quantidade: obrigatório, quantidade da produção esperada (cultura vegetal, animal ou outras atividades). Deve permitir casas decimais. Este campo deve ser preenchido para todos os tipos de itens.

4.19.41. Quantidade contratada: não obrigatório, pode ser preenchido para qualquer tipo de item, deve ser de acordo com a unidade informada, deve permitir casas decimais. Deve ser preenchida com zero, por padrão.

4.19.42. Valor unitário: obrigatório, campo de moeda. Deve ser usado para qualquer tipo de item. Valor deve ser maior que zero.

4.19.43. Valor elaborado: obrigatório, campo de moeda. Pode ser informado para qualquer tipo de item. Valor deve ser maior que zero.

4.19.44. Valor contratado: não obrigatório formato de moeda. Pode ser informado para qualquer tipo de item. Valor padrão é zero. Data e hora do registro: obrigatório, automática,

data e hora em que o item foi registrado.

4.19.45. Tipo de crédito: obrigatório, o tipo de crédito do item deve ser selecionado entre essas duas opções: “custeio” ou “investimento”. Pode ser informado para qualquer tipo de item.

4.20. MÓDULO COLETORA - BASE CARTOGRÁFICA.

4.20.1. Módulo Base Cartográfica deverá permitir a inserção dos dados vetoriais no sistema, definidos a partir das camadas disponibilizadas.

4.20.2. Neste módulo será disponibilizada aos usuários uma base Pré-existente contendo as seguintes camadas:

4.20.3. Áreas Protegidas.

4.20.4. Áreas Quilombolas.

4.20.5. Áreas Urbanas e Rurais.

4.20.6. Assentamentos.

4.20.7. Base fundiária - Glebas Públicas.

4.20.8. Bases Maps.

4.20.9. Car. (Terceiros e feitos pela Emater).

4.20.10. Estradas.

4.20.11. Hidrografia.

4.20.12. Limites Municipal e Estadual.

4.20.13. Localidades.

4.20.14. Pontos de Interesse.

4.20.15. Regiões Administrativas da EMATER-PARÁ.

4.20.16. Sedes Municipais.

4.20.17. Terra indígena.

4.20.18. Zoneamento Econômico e Ecológica.

4.20.19. Unidade de Produção (tipo polígono) com atributos informando o CPF do responsável pela UP.

4.21. MÓDULO DE ANÁLISE.

4.21.1. Aplicativo em ambiente Web deverá oferecer os seguintes itens tecnológicos e funcionalidades:

4.21.2. Funções de consulta aos atributos da base de dados através de construtores utilizando linguagem SQL.

4.21.3. Definição de consultas pré-determinadas para seleção de feições geográficas a partir de uma ou mais tabelas de interesse dos usuários.

4.21.4. Funções de consulta a partir de critérios de localização espacial incluindo: 11.5- Coincidência;

4.21.5. Adjascência;

4.21.6. Conectividade.

4.21.7. Oferecer comandos para extração de dados geográficos, incluindo: 11.9- A partir de

uma máscara (polígono);

4.21.8. A partir do fornecimento de coordenadas;

4.21.9. A partir de filtro de atributos (SQL).

4.21.10. Oferecer comandos para determinação de buffers a partir das camadas geográficas.

4.21.11. Permitir a impressão de mapas a partir de layouts pré-determinados, visando preservar a identidade visual da cartografia atual.

4.21.12. Permitir acesso público.

4.21.13. Oferecer recursos para geração de documentos oficiais (relatórios):11.16 - Relatórios;

4.21.14. Certidões;

4.21.15. Memorandos.

4.21.16. Oferecer recursos para geração de gráficos, incluindo:

4.21.17. Barras;

4.21.18. Tortas;

4.21.19. Linear.

4.21.20. Oferecer um painel de operações (gerencial) para acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas ao projeto:

4.21.21. Alarmes de atualização de dados; criação de uma view e habilitar o banco para envio de email ou sms.

4.21.22. Famílias cadastradas por município; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.23. Beneficiário de ATER cadastrados (PF e PJ); criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.24. Unidades de Produção Familiar (Empreendimentos) Cadastradas; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.25. Comunidades Cadastradas; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.26. Atividades produtivas cadastradas criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.27. Organizações Sociais rurais; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.28. Atividades de ATER realizadas; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.29. Ações Regularização ambiental a partir do CAR e PRADA, criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.30. Crédito Rural; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.31. Programação mensal; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.32. Monitoramento das equipes no campo, incluindo gráficos, contendo indicadores de performance por regional e técnico: criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

4.21.33. Apresentar as informações gerenciais através de camadas geográficas com efeitos

de alarme no mapa, assim como gráficos e mapas de concentração das ações (mapas de calor ou heatmaps).

4.21.34. Oferecer um visualizador de dados geográficos para distribuição em ambiente WEB (Internet).

4.22. PRODUTO 2: AJUSTES NO SISTEMA OFF-LINE:

4.22.1. O Aplicativo SIGA OFF-LINE para funcionar em modo Off-line, por meio de ambiente Desktop e deverá oferecer os mesmos recursos tecnológicos e funcionalidades da aplicação Web, e além destes, suporte para armazenamento local das informações geográficas e cadastrais sobre as propriedades rurais e, capacidade de sincronização quando houver conectividade com a internet, e na ausência da mesma, permitir exportação e importação dos dados para atualização no servidor central. **PRODUTO 3: AJUSTES NO SISTEMA MOBILE:**

4.22.2. O Aplicativo SIGA MOBILE deverá funcionar em Dispositivos Móveis oferecendo os seguintes itens tecnológicos e funcionalidades:

4.22.3. Recursos de pesquisa e consulta de dados a partir de dispositivos móveis.

4.22.4. Recursos para criação de feições geográficas a partir de dispositivos móveis.

4.22.5. Suportar o uso de dispositivos móveis com sistema operacional Android, para cadastramento de informações.

4.22.6. Permitir o armazenamento das informações em campo de forma local (offline) ou através de conexão com internet (online).

4.22.7. Permitir o sincronismo das informações coletadas no campo a partir de um local com conectividade com internet.

4.23. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS.

4.23.1. Na estratégia de execução a **CONSULTORIA** deverá se reportar aos fiscais do Contato indicados pela Direção da EMATER-PARA.

4.23.2. Todos os documentos apresentados deverão estar normalizados conforme as normas da ABNT, digitados, impressos e em meio digital nos formatos: **doc e pdf**;

4.23.3. Todos os relatórios deverão possuir registro fotográfico, lista de frequência para comprovação de evento, como seminários, reuniões e outros.

4.23.4. Estão inclusos no custo do contrato, e ocorrerá por conta da **CONTRATADA**, a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, devendo ser deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos de IRPF. Os custos do contrato também incluem a organização e realização de reuniões e oficinas.

4.23.5. As despesas com passagens aéreas, locomoção, hospedagem, alimentação, comunicação e outras necessárias para a realização dos trabalhos, bem como a aquisição de equipamentos (quando pertinente), pagamento de serviços de terceiros e materiais de consumo necessários para o desenvolvimento dos trabalhos e a consecução dos produtos serão por conta da **CONTRATADA**.

4.23.6. A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da dos fiscais do contrato indicados pela Direção da EMATER-PARA, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.

5. VISÃO GERAL DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.

5.1. A CONTRATADA deverá prestar à **CONTRATANTE**, serviços de consultoria voltados à capacitação na plataforma SIG para sua equipe de técnicos e gestores, visando à plena utilização dos aplicativos e recursos da plataforma SIG, aliados aos conhecimentos em SIG.

5.2. A prestação dos serviços deve ser realizada por profissionais qualificados e conhecedores do assunto;

5.3. O processo de capacitação deve ser realizado através de oficinas técnicas ou workshops, desde que, contenham atividades que promovam a troca de experiências, discussões e sugestões de serviços adicionais como, por exemplo, treinamentos específicos, assessoria e suporte técnico.

5.4. A metodologia para condução das atividades de consultoria da **CONTRATADA** que visa à capacitação dos profissionais da **CONTRATANTE sobre a plataforma SIG** deve contemplar as seguintes etapas: diagnóstico, elaboração de documentação contendo fluxos de processos de análises, métricas de verificação e monitoramento de indicadores de performance (Agrônômicos, Ambientais e Sociais).

5.5. Na etapa de diagnóstico serão realizadas atividades de identificação de necessidades de conhecimento nos componentes básicos que compõem uma solução de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) como: Software, Hardware, Dados, Procedimentos e Pessoas; mapeamento dos fluxos de análises em que técnicos e gestores da **CONTRATANTE** realizam atualmente com ou sem o uso de ferramentas de SIG, objetivando identificar pontos de melhorias e possíveis usos sobre a plataforma SIG.

5.6. Na etapa de documentação, serão elaborados os materiais (documentos, apresentações e recursos) a serem utilizados com a finalidade de capacitar os usuários e gestores da EMATER-PA. Estes materiais deverão ser usados nas oficinas técnicas a serem realizadas nas instalações da **CONTRATANTE**.

5.7. Na etapa de Oficinas Técnicas para capacitação, os profissionais da **CONTRATANTE** serão divididos em turmas conforme o perfil (usuário ou gestor) e tema a ser abordado. A execução das Oficinas Técnicas deverá ocorrer nas instalações da **CONTRATANTE**.

5.8. O suporte técnico aos usuários da **CONTRATANTE** deve ser fornecido durante todo o período de execução do contrato.

5.9. A empresa **CONTRATADA** deverá ministrar treinamento operacional dos softwares

devendo contemplar, administração e métodos para recuperação de falhas.

5.10. Garantir à **CONTRATANTE** o bom funcionamento e desempenho do sistema durante e após a implantação de cada módulo e do sistema como um todo.

5.11. Fornecer e manter atualizada documentação do usuário e documentação técnica completa dos sistemas desenvolvidos.

5.12. Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso, em decorrência da execução dos serviços.

5.13. Prestar suporte na adaptação dos módulos cuja implantação tenha sido concluída e, homologada, independente da implantação do módulo que esteja em andamento, durante todo período de implantação do sistema.

5.14. Caso seja constatado que o objeto não corresponde em qualidade, descrição e especificação ao estabelecido na licitação ou à quantidade solicitada serão exigidas da **CONTRATADA** sua substituição ou rejeitado, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

6. REQUISITOS TÉCNICOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.

6.1. Os requisitos, mínimo e obrigatório para a classificação da empresa, é comprovar que tem em seu quadro profissional, com vínculo empregatício, equipe técnica com as certificações abaixo relacionadas:

6.2. Qualificação para utilizar uma ampla gama de ferramentas e funcionalidades do ArcGIS para definir e concluir com êxito projetos de SIG complexos.

6.3. Qualificação para implantação, implementação, manutenção e suporte de sistemas de SIG corporativo.

6.4. Qualificação para entender os componentes e arquitetura do geodatabase e habilidade em desenvolvimento e manutenção de um ambiente multi-usuário.

6.5. Qualificação para desenvolvimento de aplicações Web ArcGIS e familiarização com os conceitos de SIG.

6.6. A CONTRATADA deverá apresentar em sua equipe, comprovação de conhecimento técnico em projetos ambientais e SIG corporativo, constando o nome dos profissionais da equipe de trabalho.

6.7. A CONTRATADA deverá apresentar atestados técnicos emitidos por órgão público ou privado comprovando sua capacidade tecnológica em consultoria de desenvolvimento de sistema de informação geográfico, web, desktop e mobile na plataforma ArcGIS a qual foi desenvolvido o Sistema **SIGA-EMATER.** **A CONTRATADA** deverá comprovar ao menos uma participação em projetos corporativos de desenvolvimento de sistemas de informação geográfica para gestão de dados ambientais no âmbito do governo na esfera federal, estadual e/ou municipal, apresentando no mínimo 01 atestado.

7. DEMAIS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO.

7.1. A CONTRATADA deverá comprovar e estar de acordo com os seguintes termos e requisitos no ato da assinatura do **CONTRATO**:

7.2. A consultoria deverá estar adimplente com todas suas obrigações fiscais e tributárias.

7.3. Os profissionais integrantes da equipe técnica da **CONTRATADA** devem fazer parte do quadro permanente da licitante no ato da assinatura do contrato. Havendo, durante a contratualidade, substituição desses profissionais, os substitutos deverão possuir as mesmas condições técnicas dos substituídos, sobre pena de rescisão contratual e aplicação das sanções legais.

7.4. A comprovação dos certificados deverá ser feita através da apresentação de cópia autenticada por cartório oficial. Para os certificados solicitados que não seja possível a autenticação, os proponentes devem indicar o endereço, telefone ou o sítio do órgão certificador que permita ao **CONTRATANTE** apurar a veracidade do certificado apresentado.

7.5. Os profissionais apresentados deverão fornecer “curriculum vitae” assinado para demonstrar a experiência nas tecnologias relacionadas.

7.6. A apresentação do Atestado Técnico solicitados deverá ser feita por meio de cópia autenticada por cartório oficial.

7.7. Apresentação de um plano para realizar manutenção durante um ano após a entrega do produto.

8. DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.

8.1. Os serviços de consultoria especializada deverão ser prestados pelo fornecedor (a) ganhador (a), obedecendo ao quantitativo estipulado no quadro de demanda emitido pelo órgão;

8.2 - Caberá ao fornecedor (a) **entregar os serviços de Consultoria Especializada contratados em até 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.** Podendo ser prorrogado, a pedido do fornecedor (a), por igual período, dentro do prazo de vigência deste Convênio.

8.3 – Após o prazo estipulado no **item 8.2**, sem o fornecedor (a) realizar a entrega, à **EMATER-PA se reserva o direito de cancelar o pedido e/ou distratar o Contrato**, o fazendo com o licitante que oferecer a segunda melhor proposta, sem prejuízo à aplicação das sanções referidas nos Artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

9. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.

9.1. Os serviços de consultorias especializadas deverão ser entregue na EMATER – PA, devendo este ser nas dependências da empresa e/ou nos locais indicados pela administração durante a vigência do contrato ou ainda em instalações próprias ou de terceiros, conforme as especificações de cada serviço e dos materiais e equipamentos necessários à realização dos mesmos, em horário comercial, **de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min**, no

endereço abaixo relacionado ou outro pré determinado anteriormente pela contratante, com exceção de feriados nacionais, estaduais e/ou municipais: **Rodovia BR 316, Km 12 s/nº, Bairro Centro, CEP-67.200-970, Marituba – PA.**

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

10.1 Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações;

b) Definitivamente – após a verificação da qualidade dos serviços de consultoria especializada e consequente aceitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a aceitação provisória.

10.2 – Serão rejeitados pela Administração Pública, no todo ou em parte, os serviços que não atenderem as especificações técnicas ou qualidades exigidas, **no Termo de Referência e no Edital.**

10.3 – O prazo de substituição dos serviços quando não aceito pelo fiscal do Convênio se dará da seguinte forma:

10.3.1. O (A) **CONTRATADO (A)** deverá remover, às suas expensas, todos os componentes do serviço de consultoria especializada que estiver em desacordo com as especificações e/ou aquele em que for constatado inadequado que não atenda ao solicitado, providenciando a substituição do mesmo, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;**

11. DA APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.1 – Todos os serviços, do presente processo, deverão apresentar-se conforme solicitado, com seus componentes íntegros e dentro dos padrões e adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou à certificação da qualidade do produto por instituição

credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), se for o caso.

11.2 – Os serviços deverão apresentar toda a especificação técnica exigida sem exceção, bem como qualquer outro tipo de intervenção no produto final, que possa comprometer ou interferir na qualidade do serviço de consultoria especializada, será rejeitado, cabendo à contratada substituí-los ou repô-los no prazo máximo, estabelecido neste Termo de Referência e no Edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE.

12.1 – Caberá à CONTRATADA:

12.1.1. Caberá à licitante vencedor (a), a partir da assinatura do Contrato, o cumprimento das seguintes obrigações:

12.1.1.1. Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do Contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales refeições, vales transportes, fretes e outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

12.1.1.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da **CONTRATANTE** para a execução do Contrato;

12.1.1.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou aos Bens da **CONTRATANTE**, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**;

12.1.1.4 Entregar os serviços nas condições estipuladas no Termo de Referência e do Edital, no prazo máximo estipulado, contados do recebimento da Nota de Empenho;

12.1.1.5 Comunicar à **CONTRATANTE** qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

12.1.1.6 Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas no certame;

12.1.1.7 Efetuar a troca de todos os serviços que não atenderem às especificações do objeto, no prazo assinalado no Termo de Referência e Edital;

12.1.2. A (O) licitante vencedor (a) cabe assumir a responsabilidade por:

12.1.2.1 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**;

12.1.3.2 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a entrega dos serviços do objeto deste certame, ainda que acontecido em dependência da **CONTRATANTE**;

12.2.1.3. Encargos fiscais e comerciais resultantes da aquisição deste certame.

12.1.3 São expressamente vedadas à licitante vencedor (a):

12.1.3.1 A contratação de servidor (a) pertencente ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE** para a execução do Contrato decorrente deste Certame;

12.1.3.2 A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Certame;

12.1.4 A inadimplência da licitante vencedor (a), com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a licitante vencedor (a) renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **CONTRATANTE**.

12.1.5. Cumprir fielmente todas as disposições contidas no Edital, Termo de Referência, Minuta do Contrato e seus Anexos, desenvolvendo todos os serviços necessários a sua perfeita

execução atendendo as solicitações e determinações da fiscalização, feitas por ordens de serviços, bem como fornecer todas as informações solicitadas pela fiscalização;

12.2 – Caberá à CONTRATANTE:

12.2.1 Permitir acesso dos empregados da licitante vencedor (a) em suas dependências para a execução do Contrato;

12.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedor (a);

12.2.3 Acompanhar e Fiscalizar a entrega dos serviços licitados e solicitar a adequação dos mesmos que não atenderem às especificações do objeto desse Pregão Eletrônico nº 009/2020;

12.2.4 Fiscalizar o cumprimento das obrigações ajustadas com **A CONTRATADA**.

12.2.5 Proceder à verificação da eficiência e qualidade dos serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; podendo haver solicitação de adequações e atualização quando necessário.

12.2.6 Aplicar à **CONTRATADA** as sanções cabíveis, se não houver cumprimento do certame.

12.2.7 Documentar as ocorrências se houver na execução do objeto;

12.2.8 Realizar o pagamento da **CONTRATADA**.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

13.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para realização da Sessão Pública qualquer Licitante poderá impugnar o ato convocatório deste **PREGÃO ELETRÔNICO, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO, VIA INTERNET**, através do endereço cpl@emater.pa.gov.br no horário de 08h00min as 14h00minh.

13.1.1. Caberá ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação **no prazo de 24 (vinte e quatro horas).**

13.1.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

14.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a) **em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO, VIA INTERNET**, através do endereço cpl@emater.pa.gov.br, no horário de 08h00 min às 14h00minh, devendo o licitante mencionar o número do processo licitatório. As informações e/ou esclarecimentos serão prestado pelo Pregoeiro (a) através do e-mail ou site www.comprasnet.gov.br, neste caso, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro (a), decidir sobre o questionamento no prazo de **24 (vinte e quatro) horas.**

14.2. Os questionamentos respondidos estarão, sempre que possível disponível no portal www.comprasnet.gov.br, para ciência de todos os interessados.

15. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

15.1. Poderão participar deste **Pregão Eletrônico nº 009/2020 os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos** e que estejam cadastrados ou efetuem o cadastro e habilitação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Art. 1, §1º do Decreto 3.722,

de 09/01/2001, publicado no D.O.U de 10/01/2001 e no sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

15.2. As empresas que não são cadastradas no SICAF, e tiver o interesse em participar do presente Pregão Eletrônico nº 009/2020, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública. Também poderá fazer o cadastramento no SICAF o interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizada nas Unidades da Federação, até o terceiro dia útil anterior a data do recebimento das propostas.

15.3. As Empresas Estrangeiras em funcionamento no país deverão solicitar o seu credenciamento diretamente no COMPRASNET, **até 03 (três) dias úteis da abertura da Sessão Pública.**

15.4. Não esteja sobre falência ou concordata, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcio de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

15.5. Não tenham sido Declaradas **Inidôneas ou Impedidas** de licitar e contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, nem sido **Suspensas** do direito de contratar ou licitar com a própria Administração Pública Estadual.

15.6. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO nº 0092020 o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico:

15.6.1. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do **Termo de Referência - Anexo I** do presente Edital.

15.6..2. Declare que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e da Lei Estadual nº 8.417/2016.

15.6.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório.

15.6.4. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

15.6.5. A exigência de declaração, sobre penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de pequeno porte, Instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir o tratamento favorecido estabelecido por aquela Lei.

15.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

15.8. Desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

15.9. Não poderão concorrer Direta ou Indiretamente nesta licitação de Pregão de Eletrônico nº 009/2020:

15.9.1. O Servidor (a) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará, bem como Empresas cujos dirigentes-diretores, sócios ou responsáveis-seja(m) servidor (es) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.

15.9.2. Empresas que possuam entre seus dirigentes, gerentes, sócios detentores de mais de 10% (dez por cento) do capital social, responsáveis e técnicos que sejam administradores ou servidores do Estado, na data da publicação do Edital.

15.10. NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE:

- a)** Consórcio de empresas, sob nenhuma forma;
- b)** Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- c)** Empresa que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Municípios ou Distrito Federal;
- d)** Empresa em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- e)** Empresa que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
- f)** Empresa que entre os dirigentes, gerentes, acionistas ou detentores de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito de voto ou controladores, responsáveis técnicos ou subcontratados, haja alguém que seja servidor público, ou que tenha sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação desta licitação;
- g)** Cooperativas.

16. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.

16.1. Os Licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via Internet.

16.2. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: **<http://www.comprasnet.gov.br>**.

16.3. O Credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que nesse caso será requisito obrigatório para fins de habilitação.

16.4. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a **Responsabilidade Legal, única e exclusiva do Licitante, ou seu Representante Legal**, e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

16.5. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará-EMATER/PA, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

16.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

17. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

17.1. Após a divulgação do Edital no Endereço Eletrônico, a (o) Licitante deverá encaminhar exclusivamente por meio do sistema www.comprasnet.gov.br, proposta de preços **COM VALOR DO ITEM** e os respectivos anexos, **com as especificações detalhadas de todos os serviços, de forma clara, completa e minuciosa**, até a data e hora marcada para a abertura da Sessão, se for o caso, **formulada de acordo com o Termo de Referência – Anexo I** e as **ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DO OBJETO**, quando, então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

17.2. Fica vedado ao Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços, planilha ou outros Anexos exigidos neste Edital, sobre pena de desclassificação do certame pelo (a) Pregoeiro (a).

17.3. Fica vedada a comunicação entre a (o) Pregoeiro (a) e os Licitantes durante a fase de lances do Pregão Eletrônico nº 009/2020, por meio do “Chat” ou procedimento similar, exceto quando aos avisos gerais e necessários para o andamento do certame, sendo permitido o contato destes antes e depois da referida fase através do “Chat”.

17.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances inseridos em Sessão Pública.

17.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **COMPRASNET** e as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste Edital prevalecerá às últimas.

17.6. NA PROPOSTA DE PREÇOS CADASTRADA NO SISTEMA DEVERÃO CONTER:

a) O objeto deverá ser devidamente descrito no campo denominado “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**” disponível no **COMPRASNET**, não se admitindo somente a expressão **“CONFORME EDITAL”**

b) Razão Social e CNPJ da Empresa, Endereço completo, Dados Bancários, Telefone com DDD, Fax e o Endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e Cargo na Empresa.

c) Prazo de validade, **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

d) **Preço unitário do Item**, e de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** do presente Edital. No caso de divergência entre o valor em algarismo e o expresso por extenso será levado em conta este último. Os preços dos objetos somente poderão ter até duas casas decimas depois da vírgula.

17.7. O (A) Pregoeiro (a) verificará as propostas enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aqueles que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas, apresentarem irregularidades insanáveis ou contiverem preços manifestamente inexequíveis.

17.8. O envio da proposta ocorrerá mediante a digitação da senha, pessoal e intransferível, do Licitante e o subsequente encaminhamento **de proposta comercial no VALOR GLOBAL DO ITEM do objeto licitado**, já considerados inclusos Impostos, Frete, Seguros, Encargos Trabalhistas, Previdenciários, Fiscais, Comerciais, Taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta Licitação.

17.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

17.10. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

17.11. Não serão admitidas retificações ou alterações nas propostas apresentadas, uma vez aceito o lance vencedor (a) ou negociado e finalizada a Sessão Eletrônica.

18. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA.

18.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o (a) Pregoeiro (a) abrirá a Sessão Pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio **www.comprasnet.gov.br**, com a divulgação das propostas de preços recebidas que deverão estar em perfeita conformidade e consonância com as especificações constantes no presente Edital e seus Anexos.

18.2. A comunicação entre o (a) Pregoeiro (a) e as Licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

18.3. As propostas de preços contendo a descrição do Objeto, o Valor e os eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

18.4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

18.5. Os Licitantes deverão manter a Impessoalidade, não se identificando, sobre pena de serem excluídos do certame pelo (a) Pregoeiro (a).

18.6. Após a abertura, o (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos.

19. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

19.1. O (A) Pregoeiro (a) verificará as propostas de preços enviadas, antes da abertura da fase de lances desclassificando/recusando motivadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, capazes de dificultar seu julgamento, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.2. O (A) Pregoeiro (a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da EMATER/PA, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

19.3. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

19.4. SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA QUE:

- a)** Não atenda aos termos deste **EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA e seus Anexos.**
- b)** Não descrever devidamente o objeto no campo denominado “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO**”, disponível no **COMPASNET** e/ou

disponibilizar anexo que comprove a especificação, **não se admitindo somente a expressão “CONFORME EDITAL”**.

- c) Contenha preços incompatíveis com os praticados no mercado, com os custos estimados, para cumprimento dos termos do **CONTRATO** e com as disponibilidades orçamentárias da **EMATER/PA**.

19.5. Constatada a existência de proposta (s) manifestamente inexecutável (eis), esta (s) será (ão) desclassificada (s) pelo (a) Pregoeiro (a), com a consequente exclusão do (s) respectivo (s) **LICITANTE (s)** da etapa de lances.

19.5.1. Serão considerados inexecutáveis aqueles preços cuja viabilidade não tenha sido demonstrada pelo **LICITANTE**.

20. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES.

20.1. Somente os Licitantes que apresentaram proposta de preços em consonância com o **Item 15. (Das Condições para Participação)** do presente Edital, poderão apresentar lances para o item cotado, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o Licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

20.2. Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM**.

20.3. Somente serão aceitos lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, considerando a quantidade constante no Termo de Referência – Anexo I do presente Edital.

20.4. A abertura e o fechamento da fase dos lances “via internet” serão feitos pelo próprio Pregoeiro (a), sendo vedada, durante esta fase, qualquer comunicação entre o (a) Pregoeiro (a) e os Licitantes, por meio de “Chat” ou procedimento similar, exceto quanto aos avisos gerais e necessários para o andamento do certame.

20.5. Os licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

20.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, ainda que superior ao menor registrado no sistema, objetivando uma melhor posição na ordem decrescente de classificação dos lances. Assim, caso o primeiro venha a ser inabilitado será chamado o licitante na imediata ordem de classificação dos lances.

20.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

20.8. Lances considerados inexequíveis serão excluídos do sistema pelo (a) Pregoeiro (a), que alertará os licitantes quanto à necessidade de cumprimento das obrigações previstas no Edital e seus Anexos e a possibilidade de aplicação de sanções administrativas.

20.9. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

20.10. Durante o transcurso da Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

20.11. A desistência em apresentar lance implicará na exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

20.12. NÃO PODERÁ HAVER DESISTÊNCIA DOS LANCES OFERTADOS, SUJEITANDO-SE A PROPONENTE DESISTENTE ÀS PENALIDADES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

20.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até **30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

20.14. No caso de **desconexão com o (a) Pregoeiro (a)**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

20.15. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **15 (quinze) minutos**, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do (a) pregoeiro (a) aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site **www.comprasnet.gov.br**.

21. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES VIA MEIO ELETRÔNICO.

21.1. Encerrada a etapa de lances, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, **podendo ser encaminhado pelo Sistema Eletrônico, contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.**

21.1.1. Será admitido **apenas 01(um) Licitante vencedor (a) do ITEM.**

21.1.2. O empate entre dois ou mais Licitante somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre a proposta de preços e quando não houver lances para definir o desempate. **Neste caso o desempate ocorrerá pela ordem de classificação que será definida pelo próprio sistema do Comprasnet.**

21.1.3. Os lotes cujo preço total seja superior ao estimado para a contratação, constante do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**, poderá não ser aceito e adjudicado.

21.2. O sistema, automaticamente, assegurará às microempresas e às empresas de pequeno porte a preferência de desempate quando os preços por elas ofertados forem iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores ao melhor preço registrado por empresa que não se encontre nesta caracterização (art. 44, § 2º da Lei Complementar n.º 123/2006).

21.2.1. Neste caso, após o encerramento dos lances, o sistema concederá o prazo de **05 (cinco)** minutos para a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, sobre pena de preclusão.

21.2.2. O disposto no item **21.2.1** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 45, §2º da Lei Complementar n.º 123/2006).

21.2.3. Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **21.2**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem **21.2.3**, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

a) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **21.2.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

b) O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

- c)** A microempresa e a empresa de pequeno porte mais bem classificada serão convocadas para apresentar nova proposta no prazo máximo de **05 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sobre pena de preclusão.

21.2. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedor (a).

21.3. Cumpridas as etapas anteriores, o (a) Pregoeiro (a) verificará a habilitação do Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

21.4. Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor (a) do objeto do certame.

21.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital e na forma da legislação aplicável.

21.6. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a (o) Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o (a) Pregoeiro (a) declarará a (s) empresa (s) vencedora (s) do (s) respectivo (s) ITEM.

21.6.1. Definido o licitante titular do lance vencedor (a), conforme o disposto no item anterior, o (a) Pregoeiro (a) poderá, ainda, negociar com o licitante, no sentido de se obter preço melhor.

21.7. A indicação do lance vencedor (a), a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

22. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS VIA EMAIL E/OU FAX.

22.1. As propostas de preços das empresas vencedores (as) deverão ser enviadas, de forma imediata, **em no máximo 02 (duas) hora, devidamente assinadas e escaneadas**, para o e-mail **cpl@emater.pa.gov.br** ou ainda para o **Fone (091) 3299-3463**, com o preço atualizado em conformidade com os lances eventualmente ofertados, para substanciarem as decisões na fase de aceitação.

22.1.1. A não observância ao prazo estipulado no item **22.1**, poderá ensejar, a critério do (a) Pregoeiro (a), a recusa da proposta da licitante.

22.2. A PROPOSTA DE PREÇOS ENVIADA VIA EMAIL E/OU FAX DEVERÁ CONTER:

- a)** Número do Pregão, data e horário de abertura;
- b)** Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da contracorrente e praça de pagamento;
- c)** Prazo de validade, não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua abertura;
- d)** **Especificação do ITEM, de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas** de todos os subitens ofertados, como, marca/modelo, procedência, incluindo prazo de garantia e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as especificações cotadas;
- e)** Preço **UNITÁRIO DO ITEM**, de acordo com os lances ofertados, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), **com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** do presente Edital;
- f)** Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e

seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

g) Declaração de que os objetos serão substituídos, sem ônus para o Estado, caso não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidade exigidos.

22.3. O (A) Pregoeiro (a) poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

22.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

22.5. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

23. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

23.1. O (a) Pregoeiro (a) efetuará o julgamento das Propostas de preço de acordo com as exigências contidas no Edital, pelo critério do **MENOR PREÇO DO ITEM**, podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim, decidir sobre a sua aceitação.

23.2. O (A) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes a eficácia para fins de classificação e habilitação.

23.3. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para a EMATER/PA e nem firam os direitos dos demais Licitantes.

23.4. No caso da proposta ou o lance de menor valor não ser aceitável, ou se o Licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance

subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

23.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o Licitante para que seja obtido o preço melhor.

23.6. A negociação será realizada perante o Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

23.7 No preço apresentado pela empresa deverão estar incluídos todos os Tributos, Seguros, Fretes, Tarifas e Encargos decorrentes da execução do Contrato.

24. DA HABILITAÇÃO-DOCUMENTAÇÃO.

24.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico nº 009/2020, a empresa interessada deverá estar cadastrada no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, com os documentos em plena Validade, a qual será verificada “on line”, nos documentos por ele abrangidos: Credenciamento, **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Federal, FGTS, INSS, CNDT, Regularidade Fiscal Estadual/Distrital, tendo a Receita Estadual e Receita Municipal, Qualificação Econômico-Financeiro com seu Balanço Patrimonial, Falência e Concordata**, na forma do Parágrafo Único, do Art. 14, do Decreto n.º 5.450/2005, nos documentos por ele abrangidos. Atendendo, ainda, às seguintes condições:

- a) Apresentar **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, nos termos do modelo constante no **Anexo VI** deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do Licitante, com a identificação do Declarante.
- b) Apresentar **DECLARAÇÃO DO LICITANTE DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL EMPREGADO(S) MENOR (ES) DE 18 (DEZOITO) ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E DE 16 (DEZESSEIS) ANOS EM QUALQUER TRABALHO**, salvo na condição de Aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do

inciso XXXIII, do art.7º, da Constituição Federal de 1988, conforme modelo constante do **Anexo VII** deste Edital, e havendo menor na condição de aprendiz, que a empresa informe os dados na declaração exigida.

- c) Apresentar **COMPROVAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO LICITANTE**, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou maiores que (01) uma analisada automaticamente pelo SICAF.

24.2. Na hipótese de falha no **SICAF** ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no **subitem 24.1**, o (a) Pregoeiro (a) assinalará o prazo para que o licitante faça a apresentação da documentação necessária via **Fone-Fax (091) 3299-3463** ou **escaneadas**, por meio eletrônico através do e-mail: [**cpl@emater.pa.gov.br**](mailto:cpl@emater.pa.gov.br).

24.3. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação (Art. 42, da Lei Complementar nº 123/2006).

24.4. Caso nos registros cadastrais (SICAF) conste algum documento vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante equivalente, com o respectivo prazo atualizado, conforme estipulado no subitem acima, sobre pena de inabilitação.

24.5. Na fase de Habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação da microempresa ou empresa de pequeno porte titular do lance vencedor (a), e, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor (a) do certame, prorrogável por igual período, à critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. A declaração do vencedor, nesse caso, dar-se-á no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

24.5.1. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

24.5.2. Os documentos da habilitação que não possuírem data de validade serão considerados válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da emissão, exceto o Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica.

24.6. PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ SER APRESENTADO, AINDA:

24.6.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, atestando a inexistência de circunstâncias que impeçam a empresa de participar do processo licitatório, **A SER DECLARADO NO SISTEMA QUANDO DO LANÇAMENTO DA PROPOSTA;**

24.6.2. A exigência de declaração, sobre penas da lei, a ser apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte de que se enquadra nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir o tratamento favorecido estabelecido por aquela Lei, **A SER DECLARADO NO SISTEMA QUANDO DO LANÇAMENTO DA PROPOSTA;**

24.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro pessoal, servidores públicos exercendo funções técnicas, comerciais e de gerência.

24.6.4. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura deste certame;

24.6.5. Certidão de Regularidade Fiscal/Trabalhista contendo a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da redação dada pela Lei nº 12.440, 07 de julho de 2011, DOU de 08 de julho de 2011.

24.6.6. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste pregão. O(s) Atestado(s) deverá (ão) ser apresentados em papel timbrado do emissor, devendo constar cargo/função do responsável por sua emissão;

24.6.7. Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) correspondentes ao (s) Atestado (s) de Capacidade Técnica.

24.6.8. Os documentos exigidos para Habilitação, quando estiverem desatualizados no SICAF ou quando não estiverem nele contemplados, bem como a Proposta de Preço do licitante vencedor (a), ajustada ao valor do lance dado ou negociado, e demais documentos e comprovações a serem anexados à proposta, serão imediatamente encaminhados ao (a) Pregoeiro (a), **no prazo máximo de 01 (UMA) hora**, contados a partir de sua solicitação (convocação) no Sistema Eletrônico do Pregão Eletrônico nº 009/2020, através do **Fone (091) 3299-3463**, ou, **quando possível escanear** e enviar ao e-mail: [**cpl@emater.pa.gov.br**](mailto:cpl@emater.pa.gov.br), desde que conste assinatura nos mesmos.

24.9. A **Licitante estrangeira** deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerada vencedor (a).

24.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

24.11. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, ou apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

25. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL.

25.1. O (s) licitante (s) vencedor (es), uma vez convocado (s) deverá (ão) encaminhar à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-PA, **no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do final da Sessão Pública**, os originais ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, bem como **O ORIGINAL DA PROPOSTA DE PREÇOS**, devidamente assinada pelo Representante Legal, ajustada ao valor do



lance dado ou negociado, observadas as exigências previstas neste Edital e seus Anexos, para o seguinte endereço:

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará–EMATER-PARÁ
Rodovia BR 316, Km 12, Marituba – Pará.
CEP: 67.200-970.
A/C Comissão Permanente de Licitação – CPL.
Ref.: Pregão Eletrônico n.º 009/2020.

25.2. A não observância ao prazo estipulado no item **25.1**, poderá ensejar, a critério do (a) Pregoeiro (a) / Administração, a recusa da proposta da licitante.

25.3. Todas as documentações originais autenticadas **por meio de cartório competente e devidamente assinada pelo Representante Legal, ajustadas ao valor do lance dado ou negociado, observadas as exigências previstas neste Edital e seus Anexos** deverá ser encaminhar ao e-mail da cpl@emater.pa.gov.br.

26. DOS RECURSOS.

26.1. Declarado o vencedor (a), o (a) Pregoeiro (a) abrirá o prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões.

26.1.1. Constatada pelo (a) Pregoeiro (a) a admissibilidade da intenção do recurso, será concedido ao recorrente o **prazo de 03 (três) dias**, para apresentar as razões de recurso, **EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DO PRÓPRIO SISTEMA COMPRASNET**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as **contrarrazões em igual prazo**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

26.2. Os autos do processo permanecerão no órgão com vista franqueada aos interessados.

26.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo fixado pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos do caput, importará a decadência desse direito, ficando o (a) Pregoeiro (a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (a).

26.4. A decisão do (a) Pregoeiro (a) sobre o(s) Recurso(s) interposto(s) terá ser motivada sendo submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação, caso ele entenda ser(em) improcedente(s) a(s) argumentação (ões) apresentada(s).

26.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

26.6. Após o julgamento dos recursos e das contrarrazões, e constatada a regularidade dos atos praticados, será adjudicado o objeto do certame ao licitante declarado vencedor (a), estando o resultado final da Licitação sujeito à homologação pela Autoridade Superior competente, que irá analisar a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados.

26.7. A sessão pública do pregão só será concluída depois de declarado o vencedor (a) do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecer conectados ao sistema até o final desta etapa.

27. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

27.1. A Adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo (a) Pregoeiro (a) sempre que não houver Recurso.

27.2. A Homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da Adjudicação do objeto à proponente vencedor (a) pelo (a) Pregoeiro (a).

27.3. Quando houver recurso e o (a) Pregoeiro (a) mantiver sua decisão, deverá ser submetido à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do (a) Pregoeiro (a).

27.4. Quando a proposta do licitante vencedor não atender o quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes

quantos for necessário para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedor (a).

28. DOS ANEXOS DO EDITAL.

28.1 - Compõem o presente Edital, dele fazendo parte integrante e indissociável, os seguintes anexos:

- a) **ANEXO I:** Termo de Referência;
- b) **ANEXO II:** Modelo de Proposta;
- c) **ANEXO III:** Termo de Credenciamento;
- d) **ANEXO IV:** Declaração de Elaboração Independente de Proposta (**Anexar junto a Proposta de Preços**);
- e) **ANEXO V:** Declaração de Cumprimentos dos Requisitos de Habilitação;
- f) **ANEXO VI:** Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
- g) **ANEXO VII:** Declaração de Cumprimento do Inciso XXXIII do Art. 7º da CF.
- h) **ANEXO VIII:** Declaração de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- i) **ANEXO IX:** Minuta de Contrato Administrativo.

29. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

29.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da classificação orçamentária consignada no orçamento da EMATER-PA conforme abaixo:

PROGRAMA: 1508 – GOVERNANÇA PÚBLICA.

P.I./AÇÃO: 4120008238-C – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

FONTE: 0660002991 - RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIAS – CONVÊNIO MAPA.

ELEMENTO DE DESPESA: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

29.2. Valor Total e de R\$ R\$ 269.999,68 (Duzentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).

30. DO TERMO DE CONTRATO.

30.1. O Contrato a ser firmado, na forma da minuta anexa a este Edital – **Anexo IX** terá a **Vigência até 31/12/2020**, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

30.2. O licitante vencedor (a) deverá comparecer para firmar o Contrato, no **prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação**, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Autoridade Competente.

30.3. Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor (a) deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

30.4. Na hipótese de a Empresa não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa a Administração, porque não o fez, decairá o direito a contratação da segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto nos incisos XXII e XXIII, do art. 11, do Decreto n.º 3.555/2000, alterado pelo Decreto n.º 3.693 de 20.12.2000 e § 2º.

30.5. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

30.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará-EMATER/PA, designado especificamente para este fim, ficando o mesmo responsável por anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as Notas Ficais ou Faturas.

31. DA PRORROGAÇÃO E DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO.

31.1. Seremos admitidas a repactuação dos diversos materiais com prazo de **vigência até 31 de Dezembro de 2020, contatos da assinatura do competente termo;**

31.2. Nas repactuações subsequentes á primeira, será contada a partir da data da última repactuação ocorrida;

31.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção que fundamenta a repactuação;

31.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva;

31.5. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado e em outros contratos da administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- d) O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- e) A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- f) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, e a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

32. GARANTIA DOS SERVIÇOS.

32.1. Todos os serviços deverão possuir garantia **durante toda a vigência do contrato, contados a partir da data da entrega definitiva destes, ficando obrigado (a) o (a) fornecedor**

(a) a substituí-lo imediatamente, sem qualquer ônus ao órgão ou entidade solicitante, caso se constate, neste período, qualquer avaria ou outra circunstância que a impeça de utilidade a que se destinam, a qual estará sujeita às despesas decorrente de devolução e nova entrega;

32.1.1 O prazo de validade dos Diversos Serviços deverá obedecer à legislação em vigor, observando-se as variáveis dos processos de obtenção.

32.2 A justificativa para a estipulação do prazo de garantia citado no **item 32.1** tem como principal finalidade, assegurar a qualidade dos serviços a ser prestado, através de consultoria especializada, bem como a possível substituição dos mesmos em casos de eventuais vícios detectados ao longo da utilização destes serviços, já que a existência de vínculos contratuais entre as partes facilita a negociação.

33. DO EMPENHO.

33.1. Os licitantes que assinaram o contrato estarão obrigados a retirar a Nota de Empenho após o recebimento da convocação pelo órgão, através de ordem de fornecimento emitido pela EMATER-PA, devidamente recebido, nas condições estabelecidas no ato convocatório e nos respectivos anexos.

33.1.2. É facultado à Administração Pública, quando o proponente vencedor (a) não apresentar situação regular no ato de retirar a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

33.2. A recusa injustificada da licitante vencedor (a) em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

33.3. A EMATER/PA poderá considerar extintas as Notas de Empenho, de pleno direito, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, sejam obrigadas a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título,



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



se a licitante adjudicatária:

33.3.1. Deixar de executar o fornecimento empenhado, nos prazos estipulados, ou infringir qualquer disposição contratada;

33.3.2. Tiver decretado sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

33.3.3. Recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do fornecimento;

33.3.4. Atrasar, injustificadamente, o início do fornecimento;

33.3.5. Cometer faltas durante a execução do fornecimento;

33.3.6. Promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estruturada empresa, que prejudique a execução da Nota de Empenho.

33.4. Na inexecução do empenho, por culpa da licitante adjudicatária, a EMATER/PA aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao total que foi empenhado, calculado na data do respectivo pagamento, reservando-se, ainda, o direito de intentar ação judicial para indenização por perdas e danos.

34. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS.

34.1. Para efeito de faturamento dos dispêndios realizados com o objeto do presente certame, deverá o licitante vencedor (a) realizar os seguintes procedimentos:

34.1.1. Emissão de nota fiscal, devendo conter a discriminação detalhada de todos os itens fornecidos.

34.2. O pagamento será efetuado pelo (a) **CONTRATANTE** mediante a entrega da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias e recibo de quitação original não datado no momento da entrega dos serviços

no endereço indicado pelo (a) **CONTRATANTE**. Esclarecemos que deverá estar descrito, além dos dados exigidos normalmente, também os bancários e os do Convênio nº 761392/2011-MAPA, citando o número deste, nas informações complementares.

34.2.1. O pagamento será condicionado à verificação da manutenção da habilitação com a apresentação das certidões negativas de débitos (Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Trabalhista).

34.3. A Nota Fiscal deverá ser entregue ao (a) **CONTRATANTE**, acompanhada do detalhamento do valor unitário dos Itens, bem como o valor correspondente da taxa de gerenciamento, devidamente separado do valor dos outros itens/serviços e o valor correspondente a impostos, seguros, fretes, transporte, tributos, taxas, contribuições fiscais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o valor proposto para a prestação do serviço.

34.4. O pagamento será creditado em conta corrente da **CONTRATADA** junto ao Banco do Estado do Pará, preferencialmente, até 15 (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo de todos os serviços do objeto deste certame, por meio de ordem bancária, devendo para isto a contratada informar o número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, com a apresentação da Nota de Empenho ou Fiscal/Fatura com os documentos que atestam a Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como com a Justiça Trabalhista, desde que encaminhada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento;

34.4.1. O pagamento será efetuado preferencialmente por Crédito em Conta Corrente Aberta no Banco do Estado do Pará S/A ou Banco de preferência da Empresa Vencedor (a) do Certame do item, e serão indicadas Agência e Conta na proposta, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, discriminativa, devidamente atestada pelo setor competente que requisitou o serviço e aferição do fiscal nomeado pela Diretoria Administrativa-DIAD.

34.4.2. Nos moldes do que determina o Decreto Estadual nº877 de 31 de março de 2008, o pagamento dos fornecedores e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e



Indireta do Estado do Pará, será efetuado preferencialmente mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará – BANPARÁ S/A;

34.4.3. Os licitantes vencedores (a) do certame, que ainda não sejam correntista do Banco do Estado do Pará S/A, deverão providenciar, a abertura de conta corrente na agência de sua preferência;

34.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida ao **CONTRATADO** pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

34.6. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o (a) **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo da prestação do serviço pela **CONTRATADA**.

34.7. O pagamento das Notas Fiscais somente será efetuado após a verificação de regularidade da contratada junto à seguridade Social-CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

34.8. Os credores deverão fazer constar a identificação da Agência e da Conta Corrente nos documentos de cobrança tais como **Notas Fiscais, Faturas, Recibos e Similares inclusive na proposta a ser encaminhada para fins de habilitação.**

34.9. Em havendo restrição quanto à regularidade Fiscal e/ou Trabalhista, o prazo constante no item anterior só começará a contar a partir da devida regularização.

34.10 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal / Fatura, serão os mesmos restituídos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a EMATER-PA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

34.11. Observar-se-á ainda, se o CNPJ apresentado na Nota Fiscal/Fatura é o mesmo

constante dos documentos habilitatórios.

34.12. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar a devida comprovação de acordo com o disposto na Lei n.º 9.317/96 e sua sucessora, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

34.13. Para a licitante estrangeira que indicou na proposta de preços o recebimento do pagamento em moeda estrangeira, será utilizada a cotação do último dia útil anterior ao dia do pagamento.

34.14. Nas Notas Fiscais, as Informações Adicionais deverão constar também: **Convênio nº 761392/2011-MAPA.**

34.15. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

PRAZO	PRODUTO	% do Valor
Até 30 dias	<ul style="list-style-type: none">Plano de Trabalho para a implementação dos produtos 1, 2 e 3	10%
Até 60 dias	<ul style="list-style-type: none">1.º Versão dos Produtos 1, 2 e 3	45%
Até 90 dias	<ul style="list-style-type: none">Versão Final dos Produtos 1, 2 e 3Documentação do Sistema e ManuaisRealização das oficinas de capacitação	45%
Durante a vigência do contrato	<ul style="list-style-type: none">Suporte Técnico	

35. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DO CONTRATO.

35.1. Quando modificado antes de afetiva conclusão da totalidade dos serviços previstos, o **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões ou acréscimos que se fizerem necessárias nos serviços, **até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.

36. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

36.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor (a), sem justificativa aceita pela EMATER-PA, resguardada os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar em **ADVERTÊNCIA**.

36.2. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui a possibilidade de responsabilidade do licitante vencedor (a) por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

36.3. O **CONTRATANTE** Vencedor (a) do certame que convocado no prazo de validade da sua proposta deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

36.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 13.303, de 30 de julho de 2016; e no Decreto 2.121, de 28 de julho de 2018.

36.5. Se a **CONTRATADA** (O) inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Art. 82 e 84 da Lei Federal nº. 13.303, de 30 de Junho de 2016, e ao pagamento de multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso na entrega dos materiais em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto deste processo licitatório;

- b) Pela recusa em efetuar o cumprimento do objeto, caracterizada pelo descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas contratualmente: 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;**
- c) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado.**

36.6. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a **10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.**

36.7. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido ao Contratante Vencedor (a) ou cobradas na forma prevista em lei.

36.8. As sanções previstas neste Termo de Referência e Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

36.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados ao Licitante vencedor (a) o Contraditório e a Ampla Defesa.

36.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

36.11. A empresa vencedor (a) do Pregão Eletrônico nº **009/2020** deverá providenciar que os dados relativos às sanções aplicadas pelo Órgão sejam informados ou atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, conforme estabelece o Art.22, e também no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de acordo com o Art.23, todos da referida Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção - LAC, de 01/08/2013 c/c com os Arts. 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993 – RP AGE 22.32 do Relatório de Gestão AGE nº 057/2018.

37. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

37.1. Ficará nomeado como **Fiscal e Responsável pelo Contrato de acordo com Art. 1º do Decreto Estadual nº 870/2013**, um (ns) Servidor (es) Público (s) nomeado pela Diretoria Administrativa (DIAD), desta EMATER-PARÁ, para acompanhar e fiscalizar a execução, devendo ser o principal intermediador entre a **CONTRATADA e o CONTRATANTE**.

37.2. A empresa **CONTRATADA** ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos por ventura requeridos pelo **CONTRATANTE**, que designará um representante para acompanhar a execução do Contrato;

37.3. A existência da fiscalização da **CONTRATANTE**, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa **CONTRATADA**, na execução do Contrato.

37.4. A execução do Contrato será Acompanhada e Fiscalizada por um representante do **CONTRATANTE** especialmente designado.

37.5. A execução do objeto deste certame será Acompanhado (a) e Fiscalizado (a) por um (ns) Servidor (es) do quadro funcional da **CONTRATANTE**, que terá, entre outra, as seguintes funções:

37.5.1. Verificar se a contratação atende as formalidades legais, especialmente no que se refere à qualificação completa dos contratados;

37.5.2. Verificar se o cronograma físico-financeiro da aquisição dos objetos se desenvolva de acordo com a Nota de Empenho;

37.5.3. Prestar ao Ordenador de Despesa, informações necessárias ao reajustamento de preços previstos;

37.5.4. Da ciência a Presidente da EMATER/PA sobre as ocorrências que possam ensejar na aplicação de sanções administrativas ao contratado, alterações necessárias no objeto;

37.5.5. Atestar a conclusão das etapas ajustadas; prestar informações necessárias sobre o andamento da execução contratual;

37.5.6. Verificar a articulação entre as etapas, de modo que os objetivos sejam atingidos;

37.5.7. A CONTRATANTE exercerá fiscalização sobre a execução do contrato, ficando a **CONTRATADA** obrigada a facilitar o exercício deste direito;

37.6. A fiscalização/gestão dos contratos derivados do presente certame estará a cargo da Administração Pública do órgão/entidade **CONTRATANTE**, por intermédio do(s) servidor (es) designado para tal finalidade, no **item 37.1** deste referido Edital e nos termos do art. 85 a 90 da Lei n.º 13.303/2016 c/c com o Art. 1º do Decreto Estadual nº 870/2013, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas e encaminhará a ocorrência à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

37.7. Fiscalizar, se for o caso, de cumprimento, pela contratada, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato, exigindo os documentos necessários para tanto.

37.8. A presença da fiscalização não atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**.

37.9. Cabe o responsável pela fiscalização o registro em relatórios de todas as ocorrências e deficiência porventura existentes na prestação dos serviços contratados e encaminhar cópia à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas;

37.10. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

37.11. Remeter, no 5º dia útil do bimestre subsequente, Relatório de Acompanhamento da execução contratual; certificar o recebimento dos objetos, mediante Atestado de Execução e de Termo Circunstanciado, comunicar ao Controle Interno, ao Setor Jurídico e a EMATER/PA quando ocorrerem irregularidades que não tenham sido sanadas tempestivamente ou a contento.

38. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO.

38.1. A autoridade competente para Homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

38.2. A anulação ou revogação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

38.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do fornecedor de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato e das condições deste Edital.

38.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e amplo defeso.

39. DA RESCISÃO

A CONTRATADA que cometer os delitos mencionados na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, estará sujeita às penalidades neles previstas.

39.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição do contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente a entrega dos diversos materiais, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, asseguradas a defesa prévia.

39.2. O contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a)** Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;

- b)** Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
- c)** Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes ao contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d)** Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e)** No interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias, com o pagamento dos equipamentos adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f)** No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

40. DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

40.1. Em atendimento ao disposto da Lei nº 12.846/2013, no Decreto Federal nº 8.4200/2015, no Decreto Estadual nº 2.289/2018 e demais normativas correlatos, bem como em cumprimento ao princípio da moralidade, para assinatura do contrato a licitante adjudicatária deverá comprovar que mantém programa de integridade, consistindo no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

40.2. Na hipótese de a adjudicatária não ter instituído o programa de integridade, poderá ser concedido prazo de 60 (sessenta) dias para implantação do referido programa, a iniciar na data de assinatura do presente Contrato, que deverá atender aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Estadual nº 2.289/2018, elencados abaixo:

- a) Comprometimento da alta direção da **CONTRATADA**, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
- b) Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicavam a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
- c) Padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- d) Treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
- e) Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- f) Registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da **CONTRATADA**;
- g) Controles Internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da **CONTRATADA**;
- h) Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
- i) Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- j) Canais de denúncia de irregularidade, abertos e amplamente divulgadas a funcionárias e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé.
- k) Medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;

- l) Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- m) Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- n) Verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- o) Monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013; e
- p) Transparência da **CONTRATADA** quanto a doações para candidatos e partidos políticos realizadas pelas pessoas físicas que a integram.

Parágrafo primeiro. O programa de integridade, instituído ou a ser instituído, será objeto de avaliação inicial e periódica pela **CONTRATANTE** quanto a sua efetividade, por critérios objetivos, em atendimento aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Federal nº 2.289/2018.

Parágrafo segundo. Na hipótese de o programa de integridade não atender aos parâmetros definidos acima, após a avaliação, será concedido prazo de até 60 dias para reestruturação, sobre pena de rescisão unilateral do contrato.

41. DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÕES

41.1. A CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

- l) Fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.240/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o

presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **CONTRATANTE**.

- II) Promover, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- III) Receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- IV) Contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- V) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificação ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente Contrato;
- VI) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- VII) Dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da **CONTRATADA**, ou emitir informações inverídicas à fiscalização.

41.2. A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, relacionadas durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

41.3. A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à **CONTRATANTE** sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato.

41.4. Obriga-se a **CONTRATADA** na execução do presente Contrato a informar prontamente, por escrito, à **CONTRATANTE** sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção.

41.5. O não cumprimento pela **CONTRATADA** das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao **CONTRATO** e conferirá a **CONTRATANTE** a prerrogativa de rescindir unilateralmente o **CONTRATO**, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento.

41.6. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais.

41.7. Os presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

42. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

42.1. Os Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

42.1.1. Os objetos / lotes deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa no recebimento pelo Órgão ou Entidade.

42.1.2. Em relação aos lotes, esclarecemos que após análise técnica criteriosa, caso seja um objeto com qualidade e especificações técnicas superiores ao descrito no Termo de Referência e, que não venha a prejudicar as ações do **Convênio nº 761392/2011-MAPA**, poderá ser

recebido pela EMATER-PA.

42.2. Caso a Licitante se recuse em aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou tiverem seus objetos reprovados na análise técnica, feita pela EMATER-PA poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

43. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

43.1. É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.

43.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a EMATER-PA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

43.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

43.4. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

43.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da Sessão Pública de Pregão.

43.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

43.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), com observância das devidas disposições legislativas.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



43.8. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

43.9. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente nesta empresa pública.

43.9.1. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente ou, **se este for encerrado antes da hora normal**, nesta empresa pública, os prazos de que trata o subitem.

43.10. Serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

43.11. O horário de funcionamento da **EMATER-PA** é de **08:00h as 14:00h, de segunda a sexta-feira.**

43.12. É vedada a subcontratação para o fornecimento objeto desta licitação.

43.13. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá o disposto no instrumento convocatório.

43.14. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado ao (a) Pregoeiro (a) por e-mail: **cpl@emater.pa.gov.br**.

43.15. Maiores informações pelo **Fone (091) 3299-3463**.

43.16. Este edital e seus anexos serão fornecidos gratuitamente pela internet, no portal do **COMPRASNET** – **www.comprasnet.gov.br**, e site do **COMPRASPARÁ-www.compraspara.pa.gov.br**.

43.17. Todas as menções a horários feitas neste edital têm como referência o horário oficial de Brasília/DF.

43.18. A Homologação do resultado desta licitação não implicará direito ao empenho.

43.19. As questões decorrentes da execução da Nota de Empenho, que não forem dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Justiça Comum do Estado do Pará.

43.20. A EMPRESA FORNECEDOR (A) deverá, durante a vigência do Contrato, manter sua situação regular perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

43.21. Os Licitantes deverão observar os mais altos padrões Éticos durante o processo licitatório e a execução do Contrato, estando sujeitos às Sanções previstas na legislação vigente.

43.22. No que tange a Matriz de Risco as definições a que está exposta à execução do objeto advinda de eventos supervenientes á contratação, encontram-se no ANEXO I do Termo de Referencia.

Marituba (Pa), 28 de setembro de 2020

Raimundo Nonato Botelhos Da Costa
Pregoeiro –EMATER-PA

Cleide Maria Amorim de Oliveira Martins
Presidente da EMATER-PA

TERMO DE REFERÊNCIA
CONVÊNIO Nº 761392/2011 – MAPA

1. DA APRESENTAÇÃO.

Este Termo de Referência – TR foi elaborado com base nas normas legais em vigor, constituindo peça integrante e inseparável do procedimento licitatório, visando viabilizar a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais observando os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

2. DA JUSTIFICATIVA.

2.1. O presente processo justifica-se para promover de forma regular e eficiente as atividades institucionais desta empresa pública. Para tanto, a EMATER-PA necessita de múltiplos insumos, dentre os quais se destaca a contratação de serviço, através de consultoria especializada, objeto deste Termo de Referência.

3. DO OBJETO.

3.1. A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de consultoria para desenvolver ajustes de cadastramento de informações ambientais e rurais nos ambientes Desktop, Web e Mobile do SIGA-EMATER, incluindo Treinamentos e Consultorias para os administradores e usuários, conforme especificação relacionada no **item 15** deste Termo de Referência, para atender as necessidades desta empresa, de acordo com as normas e diretrizes abaixo estabelecidas.

4. DA FORMA E PRAZO DE ENTREGA DO SERVIÇO.

4.1. Os serviços de consultoria especializada deverão ser prestados pelo fornecedor (a) ganhador (a), obedecendo ao quantitativo estipulado no quadro de demanda emitido pelo órgão;

4.2 Caberá ao fornecedor (a) entregar os serviços de consultoria especializada contratados em até 90 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho. Podendo ser prorrogado, a pedido do fornecedor, por igual período, dentro do prazo de vigência deste convênio.

4.3 Após o prazo estipulado no item 4.2, sem o(a) fornecedor(a) realizar a entrega, à EMATER-PA se reserva o direito de cancelar o pedido e/ou distratar o contrato, o fazendo com o licitante que oferecer a segunda melhor proposta, sem prejuízo à aplicação das sanções referidas nos Artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016.

5. DO LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA.

5.1. Os serviços de consultorias especializadas deverão ser entregue na EMATER – PA, devendo este ser nas dependências da empresa e/ou nos locais indicados pela administração durante a vigência do contrato ou ainda em instalações próprias ou de terceiros, conforme as especificações de cada serviço e dos materiais e equipamentos necessários à realização dos mesmos, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min, no endereço abaixo relacionado ou outro pré determinado anteriormente pela contratante, com exceção de feriados nacionais, estaduais e/ou municipais: Rodovia BR 316, Km 12 s/nº, Bairro Centro, CEP-67.200-970, Marituba – PA.

6. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade dos Sserviços com as especificações;

b) Definitivamente – após a verificação da qualidade dos serviços de consultoria especializada e consequente aceitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a aceitação provisória.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



6.2. Serão rejeitados pela Administração Pública, no todo ou em parte, os serviços que não atenderem as especificações técnicas ou qualidades exigidas, **no Termo de Referência.**

7. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS QUANDO NÃO ACEITO PELO FISCAL DO CONVÊNIO.

7.1. O (A) **CONTRATADO (A)** deverá remover, às suas expensas, todos os componentes do serviço de consultoria especializada que estiver em desacordo com as especificações e/ou aquele em que for constatado inadequado que não atenda ao solicitado, providenciando a substituição do mesmo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

8. DA GARANTIA.

8.1. Todos os serviços deverão possuir garantia durante toda a vigências do contrato, contados a partir da data da entrega definitiva destes, ficando obrigado(a) o(a) fornecedor(a) a substituí-lo imediatamente, sem qualquer ônus ao órgão ou entidade solicitante, caso se constate, neste período, qualquer avaria ou outra circunstância que a impeça de utilidade a que se destinam, a qual estará sujeita às despesas decorrente de devolução e nova entrega;

8.1.1. O prazo de validade dos serviços deverá obedecer à legislação em vigor, observando-se as variáveis dos processos de obtenção.

8.2. A justificativa para a estipulação do prazo de garantia citado no item 8.1 tem como principal finalidade, assegurar a qualidade dos serviços a ser prestado, através de consultoria especializada, bem como a possível substituição dos mesmos em casos de eventuais vícios detectados ao longo da utilização destes serviços, já que a existência de vínculos contratuais entre as partes facilita a negociação.

9. DOS ENCARGOS.

9.1. Caberão ao Contratante:

9.1.1 Permitir acesso dos empregados da licitante vencedora em suas

dependências para a execução do contrato;

9.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora;

9.1.3 Acompanhar e Fiscalizar a entrega dos serviços licitados e solicitar a adequação dos mesmos que não atenderem às especificações do objeto desse certame;

9.1.4 Fiscalizar o cumprimento das obrigações ajustadas com **A CONTRATADA**.

9.1.5 Proceder à verificação da eficiência e qualidade dos serviços fornecidos pela contratada, podendo haver solicitação de adequações e atualização quando necessário;

9.1.6 Aplicar à **CONTRATADA** as sanções cabíveis, se não houver cumprimento do certame.

9.1.7 Documentar as ocorrências se houver na execução do objeto;

9.1.8 Realizar o pagamento da **CONTRATADA**.

9.2. Caberá à Contratada:

9.2.1 Caberá à licitante vencedor (a), a partir da assinatura do contrato, o cumprimento das seguintes obrigações:

9.2.1.1 Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales refeições, vales transportes, fretes e outras que porventura venha a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

9.2.1.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da contratante para a execução do contrato;

9.2.1.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante;

9.2.1.4 Entregar os serviços nas condições estipuladas neste Termo de Referência, no prazo máximo estipulado, contados do recebimento da Nota de Empenho;

9.2.1.5 Comunicar à contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

9.2.1.6 Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas no certame;

9.2.1.7 Efetuar a troca dos serviços que não atenderem às especificações do objeto, no prazo assinalado por este Termo de Referência;

9.2.2 O (A) licitante vencedor (a) cabe assumir a responsabilidade por:

9.2.2.1 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a contratante;

9.2.2.2 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus empregados durante a entrega dos serviços objeto do certame, ainda que acontecido em dependência da contratante;

9.2.2.3 Encargos fiscais e comerciais resultantes da aquisição deste certame.

9.2.3 . São expressamente vedadas o (à) licitante vencedor (a):

9.2.3.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da contratante para a execução do contrato decorrente deste certame;

9.2.3.2 A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste certame.

9.2.4 A inadimplência do (a) licitante vencedor (a), com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à contratante, nem poderá onerar o objeto da contratação, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a contratante.

10. MATRIZ DE RISCOS.

10.1. A EMATER PARÁ e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identifica os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelece os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante no Anexo I deste documento.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.1. Todos os serviços, do presente processo, deverão apresentar-se conforme solicitado, com seus componentes íntegros e dentro dos padrões e adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou à certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial



(Sinmetro), se for o caso.

11.2. Os serviços deverão apresentar toda a especificação técnica exigida sem exceção, bem como qualquer outro tipo de intervenção no produto final, que possa comprometer ou interferir na qualidade do serviço de consultoria especializada, serão rejeitados, cabendo à contratada substituí-los ou repô-los no prazo máximo, estabelecido neste Termo de Referência.

12. DO PAGAMENTO.

12.1. Para efeito de faturamento dos dispêndios realizados com o objeto do presente certame, deverá o licitante vencedor realizar os seguintes procedimentos:

12.2. Emissão de nota fiscal, devendo conter a discriminação detalhada de cada item fornecido.

12.3. O pagamento será efetuado pelo (a) **CONTRATANTE** mediante a entrega da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias e recibo de quitação original não datado no momento da entrega dos materiais no endereço indicado pelo (a) **CONTRATANTE**. Esclarecemos que deverá estar descrito, além dos dados exigidos normalmente, também os bancários e os do convênio, citando o número deste, nas informações complementares.

12.4. O pagamento será condicionado à verificação da manutenção da habilitação com a apresentação das certidões negativas de débitos (Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Trabalhista).

12.5. A Nota Fiscal deverá ser entregue ao (a) **CONTRATANTE**, acompanhada do detalhamento do valor unitário dos itens, bem como o valor correspondente da taxa de gerenciamento, devidamente separado do valor dos outros itens/serviços e o valor correspondente a impostos, seguros, fretes, transporte, tributos, taxas, contribuições fiscais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o valor proposto para a prestação do serviço.

12.6. O pagamento será creditado em conta corrente da **CONTRATADA** junto ao Banco do Estado do Pará, preferencialmente, até o 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos materiais do objeto deste certame, por meio de ordem bancária, devendo para isto a

contratada informar o número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

12.7. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida ao **CONTRATADO** pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

12.8. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o (a) **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo na entrega dos materiais pela **CONTRATADA**.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

PRAZO	PRODUTO	% do Valor
Até 30 dias	<ul style="list-style-type: none">Plano de Trabalho para a implementação dos produtos 1, 2 e 3	10%
Até 60 dias	<ul style="list-style-type: none">1.º Versão dos Produtos 1, 2 e 3	45%
Até 90 dias	<ul style="list-style-type: none">Versão Final dos Produtos 1, 2 e 3Documentação do Sistema e ManuaisRealização das oficinas de capacitação	45%
Durante a vigência do contrato	<ul style="list-style-type: none">Suporte Técnico	

13. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO (S) CONTRATO (S).

13.1. A fiscalização/gestão dos contratos derivados do certame objeto desses TR estará a cargo da Diretoria Executiva da EMATER-PA, por intermédio de servidor (a) designado para tal finalidade nos termos do Decreto Estadual nº 870/2013, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas e encaminhará a ocorrência à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.2. A execução do objeto deste certame será acompanhada e fiscalizada por um (ns) Servidor (es) do quadro funcional da **CONTRATANTE**, que terá, entre outra, as seguintes funções:

- a. Verificar se a contratação atende as formalidades legais, especialmente no que se refere à qualificação completa dos contratados;
- b. Verificar se o cronograma físico-financeiro da aquisição dos serviços se desenvolva de acordo com a Nota de Empenho;
- c. Prestar ao Ordenador de Despesa, informações necessárias ao reajustamento de preços previstos;
- d. Da ciência a Presidente da EMATER/PA sobre as ocorrências que possam ensejar na aplicação de sanções administrativas ao contratado, alterações necessárias no objeto;
- e. Atestar a conclusão das etapas ajustadas; prestar informações necessárias sobre o andamento da execução contratual;
- f. Verificar a articulação entre as etapas, de modo que os objetivos sejam atingidos;
- g. Remeter, no 5º dia útil do bimestre subsequente, Relatório de Acompanhamento da execução contratual; certificar o recebimento dos serviços, mediante Atestado de Execução e de Termo Circunstanciado, comunicar ao Controle Interno, ao Setor Jurídico e a EMATER/PA quando ocorrerem irregularidades que não tenham sido sanadas tempestivamente ou a contento.

14. VIGÊNCIA.

14.1. A especificação referente aos serviços de consultoria especializa a serem contratados encontram-se descritas neste Termo de Referência, esclarecendo que **O CONTRATO VIGORARÁ ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020**, a contar da publicação desses, com início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro dia e incluir o último.

15. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS.

15.1. Descrição e valor de referência:

ITEM	CÓDIGO SIMAS	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
01	22913-0	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA APOIO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO DE NUVEM PRIVADA	um	01	Até 270.000,00

15.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.

- a) Desenvolver ajustes no SIGA-EMATER, implementando funcionalidades de gestão e acompanhamento das atividades relacionadas à emissão de CAR em ambientes: Desktop, Web e Mobile.
- b) Desenvolver funcionalidades no SIGA-EMATER de gestão e acompanhamento de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADA, em ambientes Desktop, Web e Mobile.
- c) Adequar funcionalidades de planejamento, sistematização, acompanhamento e disseminação de informações das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER para ambientes Desktop, Web e Mobile de forma integrada;
- d) Adequar funcionalidades de diagnósticos de cadeias produtivas.
- e) Modelar e implementar um banco de dados geográficos com suporte às funcionalidades dos aplicativos para o CAR, PRADAS, ATER e Diagnóstico de Cadeias Produtivas.
- f) Possibilitar a elaboração de indicadores para o assessoramento, monitoramento e avaliação das atividades de ATER;
- g) Gerar relatórios e gráficos sobre o desempenho das atividades desenvolvidas pela EMATER-PARÁ;

16. PRODUTOS ESPERADOS.

16.1. PRODUTO 1: AJUSTES NO SISTEMA SIGA WEB:

16.2. MÓDULOS DE CADASTRO.

16.3. Permitir cadastro alfanumérico.

16.4. Permitir a importação e exportação de dados em formato ESRI Shapefile, GPS Exchange Format e Keyhole Markup Linguagem (Kml).

16.5. Permitir a criação de novas feições geográficas com geometria de ponto, linha e polígonos diretamente na base de dados.

16.6. Recursos para edição de novas feições geográficas a partir do fornecimento de coordenadas geográficas ou planas, para as geometrias de ponto, linha e polígono.

16.7. Permitir a criação de novas feições geográficas com geometria de ponto, linha e polígonos, a partir de arquivos em vários formatos, incluindo:

16.8. TXT;

16.9. ASC;

16.10. DAT;

16.11. DBF;

16.12. Permitir a remoção lógica de registros a partir da seleção de uma ou mais feições geográficas.

16.13. Suportar operações de remoção em cascata a partir de elementos com comportamento de dependência.

16.14. Permitir a atualização de atributos de uma única feição.

16.15. Permitir a atualização de atributos de um conjunto de feições selecionadas.

16.16. Oferecer ferramentas para atualização da geometria (vértices) de uma determinada feição.

16.17. OBJETIVO DO FLUXO:

16.19. Cadastro de informações de Assistência Técnica a Extensão Rura - ATER;

16.20. Beneficiário de (ATER) como Pessoa Física - PF tendo a possibilidade de Pessoa Jurídica – PJ, em caso de MEI.

16.21. Unidade de Produção.

16.22. Ficha de ATER.

16.23. Organização Social.

16.24. Informações de Crédito Rural.

16.25. PROATER - -Programação Mensal dos Escritórios da EMATER-PARÁ. Cadastro de usuários.

16.26. Módulo Coletor – Base cartográfica.

16.3 ENTRADAS:

16.3.1 CADASTRO DE USUÁRIOS.

16.3.2 Matrícula: Obrigatório, numeral.

16.3.3 Data de Cadastro: Obrigatório, automática, data e hora em que o item foi registrado.

16.3.4 Nome: obrigatório, texto livre.

16.3.5 E-mail: obrigatório, texto livre.

16.3.6 Telefone: obrigatório, texto livre.

16.3.7 Sexo: obrigatório, selecionar de uma lista (M ou F).

16.3.8 Data de Nascimento: obrigatório, padrão de data.

16.3.9 CPF: obrigatório, padrão receita federal. RG: obrigatório, texto livre.

16.3.10 Órgão emissor do RG: obrigatório, texto livre.

16.3.11 Lotação: obrigatório, selecionar de uma tabela de lotação.

16.3.12 Tipo de cargo: Não obrigatório, selecionar de uma tabela de cargo.

16.3.13 Formação ou Cargo: Obrigatório, selecionar de uma tabela de formação e cargo.

16.3.14 Situação funcional: obrigatório, selecionar de uma tabela de situação.

16.3.15 Início do exercício: obrigatório, padrão data.

16.3.16 Endereço: obrigatório, padrão.

16.4 CADASTRO DE BENEFICIÁRIO DE ATER.

16.4.1 CPF/CNPJ: Obrigatório, deverá ser validado pelo sistema.

16.4.2 Nome completo: Obrigatório, campo texto editável.

16.4.3 Apelido: não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.4 Sexo: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.4.5 Estado Civil: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.4.6 Nacionalidade: obrigatório, campo de texto editável.

16.4.7 Naturalidade: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.4.8 Data de Nascimento: obrigatório, campo de data, editável.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



16.4.9 Documento de identidade: Não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.10 Órgão emissor: Não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.11 Data de emissão: Não obrigatório, campo de data, editável.

16.4.12 Escolaridade: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.4.13 Nome da Mãe: Obrigatório, campo texto, editável.

16.4.14 Quantidade de membros na família: obrigatório, campo texto, editável.

16.4.15 ENDEREÇO RESIDENCIAL: Apenas 1 endereço por beneficiário de ATER.

16.4.16 CEP: Não obrigatório, campo texto, editável. Pode buscar o endereço através do CEP informado.

16.4.17 Endereço: obrigatório, campo texto, editável.

16.4.18 Nº: não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.19 Complemento: não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.20 Bairro: não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.21 Município: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.4.22 UF: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão. Com possibilidade de incluir UF que fazem fronteira com o Pará.

16.4.23 Telefone Fixo: não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.24 Celular: não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.25 E-mail: não obrigatório, campo texto, editável.

16.4.26 Comunidade: não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem da tabela de comunidade ou cadastrar a comunidade.

16.4.27 Organização Social: não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem ou cadastrar a organização.

16.5 INFORMAÇÕES GERAIS:

16.5.1 Público: obrigatório, deve ser selecionado 1 de uma listagem da tabela de público (em caso de Ribeirinho, abrir a segunda escolha). Quando o público for produtor rural fechar as abas relacionadas a DAP.

16.5.2 Descrição do Produto: Não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais de uma listagem de produtos vinculada a cada uma das classes das atividades produtivas.

16.5.3 Descrição dos Derivados: Não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais de uma listagem de derivados vinculado a cada um dos produtos das atividades produtivas.

16.5.4 Atividade Produtiva: automática, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem da divisão de atividades produtivas.

16.5.5 Grupo da Atividade Produtiva: automática, deve ser selecionado 1 ou mais de uma listagem da divisão vinculada a cada uma das atividades produtivas.

16.5.6 Classe da Atividade Produtiva: automática, deve ser selecionado 1 ou mais de uma listagem da classe vinculada a cada uma das divisões das atividades produtivas.

16.5.7 Nº do NIS: não obrigatório, campo texto, editável.

16.5.8 Possui DAP: Sim ou Não, se for “Não”, não abrir os Campos referentes a DAP.

16.5.9 Nº DAP: não obrigatório, campo texto, editável. Se possuir DAP deve ser obrigatório.

16.5.10 Data de emissão DAP: não obrigatório, campo data, editável.

16.5.11 Data de validade DAP: não obrigatório, campo data, editável. O sistema deve tornar a DAP vencida inativa.

16.5.12 Enquadramento da DAP: não obrigatório, deve ser selecionado 1 de uma listagem de DAP's.

16.5.13 Entidade responsável pela emissão da DAP: não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem da tabela de origem DAP por ordem crescente.

16.5.14 DAP é vinculada a DAP Jurídica?: Sim ou Não. Quando for sim abrir campos para registros de número, validade e responsável pela emissão.

16.6 ACESSO A PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS:

16.6.1 Nome dos programas: Não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção ou mais opções de uma listagem dos programas.

16.7 INTEGRANTE FAMILIAR: Pode ser cadastrado 1 ou mais integrante por beneficiário.

16.7.1 Nome completo: Obrigatório campo texto, editável.

16.7.2 Grau de parentesco: obrigatório, deve ser selecionado 1 de uma listagem.

16.7.3 Data de Nascimento: obrigatório, campo data, editável.

16.7.4 Sexo: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.7.5 Estado Civil: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.7.6 Escolaridade: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.7.7 Naturalidade: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.7.8 CPF: Obrigatório para Cônjuge. Para os demais não obrigatório, deverá ser validado.

16.7.9 Documento de identidade: não obrigatório campo texto, editável.

16.7.10 Órgão emissor: não obrigatório, campo texto, editável.

16.7.11 Data de emissão: não obrigatório, campo texto, editável.

16.8 INFORMAÇÕES DE REGISTRO:

16.8.1 CPF: Obrigatório, campo numérico, editável.

16.8.2 Empregado responsável pelo cadastro: Obrigatório, preenchimento automático do técnico logado no sistema, mas permitir alteração com perfil de chefia.

16.8.3 Motivo do cadastro: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.8.4 Escritório: Obrigatório, automático.

16.8.5 Data do cadastro: Obrigatório, campo data, automático.

16.8.6 Situação do cadastro: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.8.7 Data da última alteração: Obrigatório, campo data, automático.

16.8.8 Usuário da última alteração: Obrigatório, preenchimento automático do técnico logado no sistema.

16.9 CADASTRO DE UNIDADE DE PRODUÇÃO:

16.9.1 INFORMAÇÕES DA UNIDADE DE PRODUÇÃO: (Quando for pescador cadastro específico de Pescadores adicionar campos)

16.9.2 Data do cadastro: obrigatório, campo data, automático.

16.9.3 Denominação da Unidade de Produção: obrigatório, campo texto, editável.

16.9.4 CEP: não obrigatório, campo texto, editável.

16.9.5 Endereço: não obrigatório, campo texto, editável.

16.9.6 Número: não obrigatório, campo numérico, editável.

16.9.7 Complemento: não obrigatório, campo texto, editável.

16.9.8 Bairro: não obrigatório, campo texto, editável.

16.9.9 Município: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.9.10 UF: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.9.11 Detalhamento do acesso: não obrigatório, campo texto, editável.

16.9.12 Comunidade: não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.9.13 Transição agroecológica: não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.9.14 Caracterização de domínio: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.9.15 Área legal: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.9.16 Área real: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.9.17 Receita agropecuária: não obrigatório, campo moeda, editável.

16.9.18 Outras receitas: não obrigatório, informar receita a partir de listagem prévia;

16.9.19 Número do CAR: não obrigatório, automático.

16.9.20 Data do CAR: não obrigatório, automático.

16.9.21 Energia elétrica: não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.9.22 Abastecimento de Água: não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.9.23 Coordenada Geográfica: obrigatório, campo alfanumérico, editável.

16.9.24 Área de Preservação Permanente – APP: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.9.25 Área de Cultura Permanente: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.9.26 Área de Reserva Legal: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.9.27 Área de Pastagem: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.9.28 Área de Cultura Temporária: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.9.29 Outros: não obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.10 SE PESCADOR

16.10.1 PESCADOR - CARACTERIZAÇÃO DA EMBARCAÇÃO.

16.10.2 Nome anterior da Embarcação: não obrigatório, campo texto.

16.10.3 Nome atual da Embarcação: não obrigatório, campo texto.

16.10.4 Comprimento: obrigatório, campo texto.

16.10.5 Boca: obrigatório, campo texto.

16.10.6 Pontal: obrigatório, campo texto.

16.10.7 Ton. Bruta: obrigatório, campo texto.

16.10.8 Ton. Líquida: obrigatório, campo texto.

16.10.9 Mat. do casco: obrigatório, campo texto.

16.10.10 Ano de construção: obrigatório, campo texto.

16.10.11 Situação atual: obrigatório, campo texto.

16.10.12 Nº de tripulantes: obrigatório, campo texto.

16.10.13 Propulsão: obrigatório, campo texto.

16.10.14 Tipo de motor: obrigatório, campo texto.

16.10.15 Potência do motor: obrigatório, campo texto.

16.10.16 Consumo óleo/hora: obrigatório, campo texto.

16.10.17 Consumo lubrificante: obrigatório, campo texto.

16.10.18 Autonomia de pesca (dias): obrigatório, campo texto.

16.10.19 Ano de Fabricação: obrigatório, campo texto.

16.10.20 Insc. Capitania: obrigatório, campo texto

16.10.21 Insc. MA: obrigatório, campo texto.

16.10.22 Motor Auxiliar: obrigatório, campo texto.

16.10.23 Tipo de motor: obrigatório, campo texto.

16.10.24 Potência do motor: obrigatório, campo texto.

16.10.25 Consumo óleo/hora: obrigatório, campo texto.

16.10.26 Consumo lubrificante: obrigatório, campo texto.

16.10.27 Ano de Fabricação: obrigatório, campo texto.

16.10.28 Consumo médio anual óleo ano anterior (lit) : obrigatório, campo texto

16.10.29 ***CARACTERÍSTICAS DAS PESCARIAS:***

16.10.30 Tipo de pesca: obrigatório, campo texto.

16.10.31 Local de pesca: obrigatório, campo texto.

16.10.32 Dias de mar: obrigatório, campo texto.

16.10.33 Dias efetivos pesca: obrigatório, campo texto.

16.10.34 Espécies Capturadas: obrigatório, campo texto.

16.10.35 Produção média /Captura (Kg): obrigatório, campo texto.

16.10.36 Época: obrigatório, campo texto.

16.10.37 Valor médio R\$: obrigatório, campo texto.

16.10.38 Local de Comercialização: obrigatório, campo texto.

16.10.39 Tamanho (comp. ou n.º anzóis): obrigatório, campo texto.

16.10.40 Discriminação: obrigatório, campo texto.

16.10.41 Quantidade (Unid. ou metros): obrigatório, campo texto.

16.10.42 Estado de Conservação: obrigatório, campo texto.

16.10.43 Material de fabricação: obrigatório, campo texto.

16.11 INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS DO BENEFICIÁRIO:

16.11.1 CPF/CNPJ: obrigatório, campo texto, editável. Vincular a um ou mais beneficiários de ater.

16.11.2 Nome: obrigatório, campo texto, editável.

16.11.3 Descrição da benfeitoria: não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem de benfeitorias.

16.11.4 Estado de conservação da benfeitoria: não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.11.5 Quantidade de benfeitorias: não obrigatório, campo numérico, editável.

16.11.6 Descrição de máquinas ou equipamentos: não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem de máquinas e equipamentos.

16.11.7 Estado de conservação de máquinas ou equipamentos: Não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.11.8 Quantidade de máquinas ou equipamentos: Não obrigatório, campo numérico, editável.

16.11.9 Descrição dos semoventes: Não obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem de semoventes

16.11.10 Quantidade dos semoventes: Não obrigatório, campo numérico, editável.

16.11.11 Informações sobre a produção:

16.11.12 Descrição da Cultura: Não Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem de cultura.

16.11.13 Descrição do Sistema de Produção: Não Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.11.14 Área Plantada: Não Obrigatório, campo numérico decimal, editável.

16.11.15 Ciclo de produção: Não Obrigatório, campo data, editável.

16.11.16 Mês/ano de plantio: Não Obrigatório, campo data, editável.

- 16.11.17** Área colhida: Não Obrigatório, campo numérico decimal, editável.
- 16.11.18** Mês/ano de colhida: Não Obrigatório, campo texto, editável.
- 16.11.19** Unidade de medida: Não Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.
- 16.11.20** Quantidade: Não obrigatório, campo texto, editável.
- 16.11.21** Descrição da criação: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.
- 16.11.22** Sistema de produção: Não obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.
- 16.11.23** Ano: obrigatório, campo numérico, editável.
- 16.11.24** Unidade de medida: não obrigatório, retorno automático de acordo da cultura.
- 16.11.25** Quantidade: obrigatório, campo numérico, editável.
- 16.11.26** Descrição dos serviços/artesanatos: obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem.
- 16.11.27** Ano: obrigatório, campo numérico, editável.
- 16.11.28** Unidade de medida: não obrigatório, retorno automático de acordo da cultura.
- 16.12** Quantidade: obrigatório, campo numérico, editável.

16.13 Informações sobre comercialização:

- 16.13.1** Destino da comercialização: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.
- 16.13.2** Produto/serviço: obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.
- 16.13.3** Mês/ano: não obrigatório campo data, editável.
- 16.13.4** Unidade de medida: obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.
- 16.13.5** Quantidade consumida pela família: não obrigatório, campo numérico, editável.
- 16.13.6** Quantidade comercializada: não obrigatório, campo numérico, editável.
- 16.13.7** Valor Unitário R\$: não obrigatório, campo numérico, editável.
- 16.13.8** Valor Total R\$: não obrigatório, campo numérico, editável.

16.13.9 Informações do registro:

- 16.13.10** Técnico Responsável: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma

listagem padrão.

16.13.11 Escritório: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.13.12 Data da última alteração: Obrigatório, campo de data, editável.

16.13.13 Usuário da última alteração: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.14 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – PROATER

16.14.1 Data de registro: obrigatório, data de postagem do PROATER.

16.14.2 Período inicial: obrigatório, data de início das atividades previstas no PROATER.

16.14.3 Período final: obrigatório, data de finalização das atividades previstas no PROATER.

16.14.4 Escritório: obrigatório, escritório onde foi feito o PROATER.

16.14.5 Nome do programa: texto descritivo, campo obrigatório, os programas são definidos pelo escritório central.

16.14.6 Nome do projeto: texto descritivo, campo obrigatório, os projetos são definidos pelo escritório central. Cada projeto faz parte de um programa.

16.14.7 Nome do Subprojeto: texto descritivo com limite de caracteres, campo obrigatório os subprojetos são definidos pelo escritório local. Cada subprojeto faz parte de um projeto. O sistema deve informar o usuário quando algum campo não for preenchido, mesmo os campos não obrigatórios.

16.14.8 Data de cadastro do subprojeto: Data de registro do subprojeto, obrigatório.

16.14.9 Mês/Ano de início: ano de início de vigência do subprojeto.

16.14.10 Mês/Ano de término: ano de término da vigência do subprojeto.

16.14.11 Responsável: funcionário/técnico responsável pelo projeto, campo obrigatório.

16.14.12 Responsável substituto: funcionário/técnico que substituiu o primeiro responsável pelo subprojeto. Campo não obrigatório.

16.14.13 Justificativa: Texto livre.

16.14.14 Objetivo Geral: Texto livre.

16.14.15 Objetivos Específicos: Texto livre.

16.14.16 Metas: Metas a serem alcançadas em cada subprojeto.

16.14.16.1 Descrição da meta: campo obrigatório, com limitação de caracteres.

16.14.16.2 Quantidade da meta: Campo obrigatório, valor decimal.

16.14.16.3 Unidade de medida: texto livre com limites de caracteres, campo obrigatório.

16.14.17 Metodologias de ATER: Métodos e técnicas de trabalho junto ao beneficiário

16.14.17.1 Método/técnica: Selecionado a partir de uma tabela, campo obrigatório.

16.14.17.2 Mês/ano: obrigatório no formato mm/aaaa.

16.14.17.3 Quantidade: Obrigatório, quantidade de metodologia planejada para ser aplicada, valor decimal.

16.14.18 Beneficiários de ATER: Beneficiários de ATER: quantidade de beneficiários de ATER por comunidade, categoria, atividade produtiva e ano.

16.14.18.1 Comunidade: comunidade do beneficiário, selecionado da tabela existente de comunidades, campo obrigatório. O sistema não deverá carregar automaticamente as unidades do escritório local.

16.14.18.2 Categoria: categoria do beneficiário, selecionado da tabela existente de categoria de beneficiários, campo obrigatório.

16.14.18.3 Atividade produtiva: atividade produtiva do beneficiário, deve ser selecionado da tabela existente de atividades produtivas, campo obrigatório.

16.14.18.4 Ano: ano em que se planeja atender os beneficiários.

16.14.18.5 Quantidade: quantidade planejada para atendimento dos beneficiários, de acordo com a comunidade, categoria e atividade produtiva. Campo obrigatório.

16.14.19 Previsão orçamentária: é a previsão orçamentária por ano. Pode existir várias ocorrências por subprojeto.

16.14.19.1 Ano: ano em que será aplicado o valor planejado da previsão orçamentária. Campo obrigatório.

16.14.19.2 Valor: valor da previsão orçamentária no ano, valor em moeda. Campo obrigatório.

16.15 ***PROGRAMAÇÃO MENSAL***

16.15.1 Compromisso da agenda: um por compromisso.

16.15.1.1 Evento: obrigatório, texto livre com limitação de caracteres.

16.15.1.2 Local: não obrigatório, texto livre com limitação de caracteres.

16.15.1.3 Assunto/outros detalhes: não obrigatório, texto livre sem limitação de caracteres.

16.15.1.4 Entidades participantes: não obrigatório, texto livre sem limitação de caracteres.

16.15.1.5 Data de início: obrigatório, campo de data. A data não pode ser maior que a data de término.

16.15.1.6 Data de término: obrigatório, campo de data. A data não pode ser menor que a data de início.

16.15.1.7 Hora de início: não obrigatório, campo de hora. A hora não pode ser maior que a hora de término.

16.15.1.8 Hora de término: não obrigatório, campo de hora. A hora não pode ser menor que a hora de início.

16.15.1.9 Dia inteiro: obrigatório, indica se o compromisso levará o dia inteiro.

16.15.1.10 Alerta: obrigatório, avisar o usuário sobre o compromisso.

16.15.1.11 Tipo de compromisso: obrigatório, opções exclusivas: “interno” ou “externo”.

16.15.1.12 Descrição do tipo de compromisso: não obrigatório, selecionar a descrição de uma tabela de tipos de compromissos.

16.15.1.13 Situação do compromisso: obrigatório, selecionar de uma tabela de situações do compromisso.

16.15.1.14 Encaminhamento: não obrigatório, texto livre sem limite de caracteres.

16.15.1.15 Informações de registro: um por compromisso.

16.15.1.16 Escritório: obrigatório, automático, deve ser preenchido com o escritório onde o compromisso foi registrado. A informação deve ser relacionada com tabela de escritórios .

16.15.1.17 Funcionário: obrigatório, automático, deve ser preenchido com o funcionário que registrou o compromisso. A informação deve ser relacionada com tabela de funcionários .

16.15.1.18 Data e hora do registro: obrigatório, automático, data e hora em que o compromisso foi registrado ou alterado.

16.15.1.19 Técnicos envolvidos no compromisso: um ou vários por compromisso.

16.15.1.20 Nome do técnico: não obrigatório. Deve ser aplicado o filtro de funcionários do escritório onde está sendo registrado o compromisso.

16.15.1.21 Comunidades envolvidas no compromisso: uma ou várias por compromisso.

16.15.1.22 Nome da comunidade: obrigatório, deve ser recuperada da tabela de comunidades. Deve ser aplicado o filtro de comunidades do escritório onde está sendo registrado o compromisso.

16.16 CADASTRO DA FICHA DEATER

16.16.1 INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

16.16.2 Data da ação: Obrigatório, campo de data, editável.

16.16.3 Município da ação: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.16.4 UF: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.16.5 Origem do Recurso Financeiro: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma

listagem padrão.

16.16.6 Método Inicial: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.16.7 Técnica de ATER: Não Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.8 Ferramenta de ATER: Não Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.9 Método Final: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.16.10 Finalidade da ação: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.16.11 Projeto: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.16.12 Temática/assunto: Não obrigatório, campo texto, editável.

16.16.13 Resumo da ação: Não obrigatório, campo texto, editável.

16.16.14 Orientação Técnica: Não obrigatório, campo texto, editável.

16.16.15 Parcerias: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.16 Criação/Cultura/Serviço: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.17 Técnico participante: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.18 Comunidade: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.19 Organização social: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.20 Data prevista para nova visita: Não obrigatório, campo de data, editável.

16.16.21 Técnico Responsável: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.22 Escritório: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.23 Beneficiários: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de uma listagem padrão.

16.16.24 Situação da FATER: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.16.25 Usuário da última alteração: Obrigatório, deve ser selecionado 1 ou mais opções de

uma listagem padrão.

16.16.26 Data da última alteração: Não obrigatório, campo de data, editável.

16.16.27 Beneficiário não cadastrado: Não obrigatório, deve possuir um cadastro mínimo de informação.

16.17 CADASTRO DE COMUNIDADE

16.17.1 INFORMAÇÕES GERAIS

16.17.2 Município: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.17.3 UF: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.17.4 Nome da Comunidade: Nome da Comunidade: Obrigatório, campo texto, editável.

16.17.5 Descrição da localização: obrigatório, campo texto, editável.

16.17.6 Coordenada geográfica: obrigatório, campo alfanumérico, editável

16.18 CADASTRO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

16.18.1 INFORMAÇÕES GERAIS:

16.18.2 Nome: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.3 Sigla: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.4 CNPJ: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.5 Tipo de Organização: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.18.6 Quantidade de filiados: Obrigatório, campo numérico, editável.

16.18.7 Endereço eletrônico: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.8 Endereço: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.9 Número: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.10 Complemento: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.11 CEP: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.12 Município: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão.

16.18.13 UF: Obrigatório, deve ser selecionado 1 opção de uma listagem padrão

16.18.14 Nome do responsável: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.15 Telefone fixo: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.16 Celular: Obrigatório, campo texto, editável.

16.18.17 Localização geográfica: Obrigatório, campo alfanumérico, editável

16.19 CRÉDITO RURAL

16.19.1 Projeto Crédito Rural: um por projeto cadastrado.

16.19.2 Identificação do projeto: obrigatório, identificador gerado pelo sistema.

16.19.3 Título do projeto: obrigatório, campo de texto livre.

16.19.4 Descrição do projeto: obrigatório, campo de texto livre, sem limite de caracteres.

16.19.5 Agente financeiro: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de agentes financeiros. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

16.19.6 Linha de crédito: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de linhas de crédito. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

16.19.7 Tipo de crédito: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de tipos de crédito. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

16.19.8 Público beneficiário: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de públicos beneficiários. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

16.19.9 Comunidade: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de comunidades . Filtrar as comunidades de acordo com o escritório local.

16.19.10 Técnico de campo: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de funcionários . Implementar busca por matrícula. Por padrão, o técnico autenticado no sistema já deverá estar preenchendo este campo.

16.19.11 Técnico elaborador: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de funcionários. O técnico elaborador pode ser o próprio técnico de campo. Implementar busca por matrícula. Por padrão, o técnico autenticado no sistema já deverá estar preenchendo este campo.

16.19.12 Movimentação sobre o financiamento: um por projeto cadastrado.

16.19.13 Situação do projeto: obrigatório. Essa situação deve ser selecionada a partir de uma lista e controlada manualmente. Quando for selecionada a situação “encerrada”, exibir uma mensagem de confirmação de encerramento e não permitir mais alterar o registro de crédito rural.

16.19.14 Data da elaboração: obrigatório, campo de data.

16.19.15 Data da internalização: não obrigatório, campo de data.

16.19.16 Data de contratação: não obrigatório, campo de data.

16.19.17 Data de vigência: não obrigatório, campo de data.

16.19.18 Valor elaborado: obrigatório, campo de moeda.

16.19.19 Valor contratado: não obrigatório, campo de moeda (valor padrão deve ser

zero).

16.19.20 Informações do registro: um por projeto cadastrado.

16.19.21 Escritório responsável: obrigatório, automático, escritório onde o cadastro do crédito rural foi registrado. Data e hora de registro: obrigatório, automático, data e hora que o cadastro de crédito rural foi registrado.

16.19.22 Visitas: uma ou várias por projeto cadastrado.

16.19.23 Data da visita: obrigatório, campo de data.

16.19.24 Resumo sobre a visita: não obrigatório, texto livre sem limite de caracteres.

16.19.25 Data do registro: obrigatório, automático, data de registro.

16.19.26 Técnico da visita: obrigatório, a informação deve ser selecionada da tabela de funcionários. Filtrar os funcionários de acordo com o escritório local.

16.19.27 Técnico que registrou: obrigatório, a informação deve ser selecionada automaticamente da tabela de funcionários de acordo com o funcionário autenticado no sistema.

16.19.28 Proponente: um ou vários por projeto cadastrado.

16.19.29 CPF/CNPJ do beneficiário: obrigatório. O CPF deve ser recuperado do cadastro de beneficiários. Se não existir, permitir cadastrar o beneficiário pela tela já existente de cadastro. O CNPJ deve ser recuperado do cadastro de organização social. Se não existir, permitir cadastrar usando a tela existente de cadastro.

16.19.30 DAP: obrigatório. Quando o proponente for pessoa física, recuperar a última DAP do cadastro de beneficiário. Quando for pessoa jurídica, permitir informar a DAP manualmente.

16.19.31 Classificação do porte do proponente: não obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de classificações do proponente. Essa tabela pode ser editada pelo usuário.

16.19.32 Data e hora de registro: obrigatório, automático, data e hora em que o proponente foi registrado.

16.19.33 Itens: um ou vários por projeto cadastrado.

16.19.34 Tipo de item: obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma nova tabela de tipos de itens: cultura; criação; máquinas, equipamentos e insumos; e benfeitoria. Essas informações devem servir para filtrar a informação para o campo “descrição do produto”.

16.19.35 Descrição do produto: obrigatório, recuperar do cadastro de produtos e do cadastro de bem, de acordo com o tipo de item selecionado.

16.19.36 Variedade: não obrigatório, deve ser usado quando o tipo de item for cultura

vegetal.

16.19.37 Unidade de medida: obrigatório, recuperar da tabela de unidade de medida. Este campo deve ser preenchido para qualquer tipo de item.

16.19.38 Área financiada: obrigatório, em hectares, informada manualmente. Somente para o tipo de item “cultura”.

16.19.39 Raça: não obrigatório, a informação deve ser selecionada de uma tabela de classificações do proponente. Essa tabela pode ser editada pelo usuário. Este campo deve ser usado quando o tipo de item for cultura animal.

16.19.40 Quantidade: obrigatório, quantidade da produção esperada (cultura vegetal, animal ou outras atividades). Deve permitir casas decimais. Este campo deve ser preenchido para todos os tipos de itens.

16.19.41 Quantidade contratada: não obrigatório, pode ser preenchido para qualquer tipo de item, deve ser de acordo com a unidade informada, deve permitir casas decimais. Deve ser preenchida com zero, por padrão.

16.19.42 Valor unitário: obrigatório, campo de moeda. Deve ser usado para qualquer tipo de item. Valor deve ser maior que zero.

16.19.43 Valor elaborado: obrigatório, campo de moeda. Pode ser informado para qualquer tipo de item. Valor deve ser maior que zero.

16.19.44 Valor contratado: não obrigatório, formato de moeda. Pode ser informado para qualquer tipo de item. Valor padrão é zero. Data e hora do registro: obrigatório, automática, data e hora em que o item foi registrado.

16.19.45 Tipo de crédito: obrigatório, o tipo de crédito do item deve ser selecionado entre essas duas opções: “custeio” ou “investimento”. Pode ser informado para qualquer tipo de item.

16.20 MÓDULO COLETORA - BASE CARTOGRÁFICA.

16.20.1 O Módulo Base Cartográfica deverá permitir a inserção dos dados vetoriais no sistema, definidos a partir das camadas disponibilizadas.

16.20.2 Neste módulo serão disponibilizadas aos usuários uma base Pré-existente contendo as seguintes camadas:

16.20.3 Áreas Protegidas.

16.20.4 Áreas Quilombolas.

16.20.5 Áreas Urbanas e Rurais.

16.20.6 Assentamentos.

16.20.7 Base fundiária - Glebas Públicas.

16.20.8 Bases Maps

16.20.9 Car. (Terceiros e feitos pela Emater)

16.20.10 Estradas.

16.20.11 Hidrografia.

16.20.12 Limites Municipal e Estadual.

16.20.13 Localidades.

16.20.14 Pontos de Interesse.

16.20.15 Regiões Administrativas da EMATER-PARÁ.

16.20.16 Sedes Municipais.

16.20.17 Terra indígena.

16.20.18 Zoneamento Econômico e Ecológica,

16.20.19 Unidade de Produção (tipo polígono) com atributos informando o CPF do responsável pela UP.

16.21 MÓDULO DE ANÁLISE.

16.21.1 Aplicativo em ambiente Web deverá oferecer os seguintes itens tecnológicos e funcionalidades:

16.21.2 Funções de consulta aos atributos da base de dados através de construtores utilizando linguagem SQL.

16.21.3 Definição de consultas pré-determinadas para seleção de feições geográficas a partir de uma ou mais tabelas de interesse dos usuários.

16.21.4 Funções de consulta a partir de critérios de localização espacial incluindo:
11.5- Coincidência;

16.21.5 Adjascência;

16.21.6 Conectividade.

16.21.7 Oferecer comandos para extração de dados geográficos, incluindo: 11.9- A partir de uma máscara (polígono);

16.21.8 A partir do fornecimento de coordenadas;

16.21.9 A partir de filtro de atributos (SQL).

16.21.10 Oferecer comandos para determinação de buffers a partir das camadas geográficas.

16.21.11 Permitir a impressão de mapas a partir de layouts pré-determinados, visando preservar a identidade visual da cartografia atual.

- 16.21.12** Permitir acesso público
- 16.21.13** Oferecer recursos para geração de documentos oficiais (relatórios):11.16 - Relatórios;
- 16.21.14** Certidões;
- 16.21.15** Memorandos.
- 16.21.16** Oferecer recursos para geração de gráficos, incluindo:
- 16.21.17** Barras;
- 16.21.18** Tortas;
- 16.21.19** Linear.
- 16.21.20** Oferecer um painel de operações (gerencial) para acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas ao projeto:
- 16.21.21** Alarmes de atualização de dados; criação de uma view e habilitar o banco para envio de email ou sms
- 16.21.22** Famílias cadastradas por município; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.23** Beneficiário de ATER cadastrados (PF e PJ); criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.24** Unidades de Produção Familiar (Empreendimentos) Cadastradas; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.25** Comunidades Cadastradas; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.26** Atividades produtivas cadastradas criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.27** Organizações Sociais rurais; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.28** Atividades de ATER realizadas; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.29** Ações Regularização ambiental a partir do CAR e PRADA, criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.30** Crédito Rural; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.31** Programação mensal; criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.
- 16.21.32** Monitoramento das equipes no campo, incluindo gráficos, contendo

indicadores de performance por regional e técnico: criação de uma view e apresentação em gráfico no aplicativo.

16.21.33 Apresentar as informações gerenciais através de camadas geográficas com efeitos de alarme no mapa, assim como gráficos e mapas de concentração das ações (mapas de calor ou heatmaps).

16.21.34 Oferecer um visualizador de dados geográficos para distribuição em ambiente WEB (Internet).

16.22 PRODUTO 2: AJUSTES NO SISTEMA OFF-LINE:

16.22.1 O Aplicativo SIGA OFF-LINE para funcionar em modo Off-line, por meio de ambiente Desktop e deverá oferecer os mesmos recursos tecnológicos e funcionalidades da aplicação Web, e além destes, suporte para armazenamento local das informações geográficas e cadastrais sobre as propriedades rurais e, capacidade de sincronização quando houver conectividade com a internet, e na ausência da mesma, permitir exportação e importação dos dados para atualização no servidor central.

PRODUTO 3: AJUSTES NO SISTEMA MOBILE:

16.22.2 O Aplicativo SIGA MOBILE deverá funcionar em Dispositivos Móveis oferecendo os seguintes itens tecnológicos e funcionalidades:

16.22.3 Recursos de pesquisa e consulta de dados a partir de dispositivos móveis.

16.22.4 Recursos para criação de feições geográficas a partir de dispositivos móveis.

16.22.5 Suportar o uso de dispositivos móveis com sistema operacional Android, para cadastramento de informações.

16.22.6 Permitir o armazenamento das informações em campo de forma local (offline) ou através de conexão com internet (online).

16.22.7 Permitir o sincronismo das informações coletadas no campo a partir de um local com conectividade com internet.

16.23 APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

16.23.1 Na estratégia de execução a CONSULTORIA deverá se reportar aos fiscais do Contato indicados pela Direção da EMATER-PARÁ.

16.23.2 Todos os documentos apresentados deverão estar normalizados conforme as normas da ABNT, digitados, impressos e em meio digital nos formatos: .doc e .pdf;

16.23.3 Todos os relatórios deverão possuir registro fotográfico, lista de frequência para comprovação de evento, como seminários, reuniões e outros.

16.23.4 Estão inclusos no custo do contrato, e ocorrerá por conta da CONTRATADA, a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos

sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, devendo ser deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos de IRPF. Os custos do contrato também incluem a organização e realização de reuniões e oficinas.

16.23.5 As despesas com passagens aéreas, locomoção, hospedagem, alimentação, comunicação e outras necessárias para a realização dos trabalhos, bem como a aquisição de equipamentos (quando pertinente), pagamento de serviços de terceiros e materiais de consumo necessários para o desenvolvimento dos trabalhos e a consecução dos produtos serão por conta da CONTRATADA.

16.23.6 A supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da dos fiscais do contrato indicados pela Direção da EMATER-PARÁ, que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência.

17 VISÃO GERAL DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

17.3 A CONTRATADA deverá prestar à CONTRATANTE, serviços de consultoria voltados à capacitação na plataforma SIG para sua equipe de técnicos e gestores, visando à plena utilização dos aplicativos e recursos da plataforma SIG, aliados aos conhecimentos em SIG.

17.4 A prestação dos serviços deve ser realizada por profissionais qualificados e conhecedores do assunto;

17.5 O processo de capacitação deve ser realizado através de oficinas técnicas ou workshops, desde que, contenham atividades que promovam a troca de experiências, discussões e sugestões de serviços adicionais como, por exemplo, treinamentos específicos, assessoria e suporte técnico.

17.6 A metodologia para condução das atividades de consultoria da CONTRATADA que visa a capacitação dos profissionais da CONTRATANTE sobre a plataforma SIG deve contemplar as seguintes etapas: diagnóstico, elaboração de documentação contendo fluxos de processos de análises, métricas de verificação e monitoramento de indicadores de performance (Agrônômicos, Ambientais e Sociais).

17.7 ☐ Na etapa de diagnóstico serão realizadas atividades de identificação de necessidades de conhecimento nos componentes básicos que compõem uma solução de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) como: Software, Hardware, Dados, Procedimentos e Pessoas; mapeamento dos fluxos de análises em que técnicos e gestores da CONTRATANTE realizam atualmente com ou sem o uso de ferramentas de SIG, objetivando identificar pontos de melhorias e possíveis usos sobre a plataforma SIG.

17.8 □ Na etapa de documentação, serão elaborados os materiais (documentos, apresentações e recursos) a serem utilizados com a finalidade de capacitar os usuários e gestores da Emater-PA. Estes materiais deverão ser usados nas oficinas técnicas a serem realizadas nas instalações da CONTRATANTE.

17.9 □ Na etapa de Oficinas Técnicas para capacitação, os profissionais da CONTRATANTE serão divididos em turmas conforme o perfil (usuário ou gestor) e tema a ser abordado. A execução das Oficinas Técnicas deverá ocorrer nas instalações da CONTRATANTE.

17.10 □ O suporte técnico aos usuários da CONTRATANTE deve ser fornecido durante todo o período de execução do contrato.

17.11 A empresa CONTRATADA deverá ministrar treinamento operacional dos softwares devendo contemplar, administração e métodos para recuperação de falhas.

17.12 Garantir à CONTRATANTE o bom funcionamento e desempenho do sistema durante e após a implantação de cada módulo e do sistema como um todo.

17.13 Fornecer e manter atualizada documentação do usuário e documentação técnica completa dos sistemas desenvolvidos.

17.14 Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso, em decorrência da execução dos serviços.

17.15 Prestar suporte na adaptação dos módulos cuja implantação tenha sido concluída e, homologada, independente da implantação do módulo que esteja em andamento, durante todo período de implantação do sistema.

17.16 Caso seja constatado que o objeto não corresponde em qualidade, descrição e especificação ao estabelecido na licitação ou à quantidade solicitada serão exigidas da CONTRATADA sua substituição ou rejeitado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

18 REQUISITOS TÉCNICOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

18.3 Os requisitos, mínimo e obrigatório para a classificação da empresa, é comprovar que tem em seu quadro profissional, com vínculo empregatício, equipe técnica com as certificações abaixo relacionadas:

18.4 Qualificação para utilizar uma ampla gama de ferramentas e funcionalidades do ArcGIS para definir e concluir com êxito projetos de SIG complexos.

18.5 Qualificação para implantação, implementação, manutenção e suporte de sistemas de SIG corporativo.

18.6 Qualificação para entender os componentes e arquitetura do geodatabase e habilidade em desenvolvimento e manutenção de um ambiente multi-usuário.

18.7 Qualificação para desenvolvimento de aplicações Web ArcGIS e familiarização com os conceitos de SIG.

18.8 A CONTRATADA deverá apresentar em sua equipe, comprovação de conhecimento técnico em projetos ambientais e SIG corporativo, constando o nome dos profissionais da equipe de trabalho.

18.9 A CONTRATADA deverá apresentar atestados técnicos emitidos por órgão público ou privado comprovando sua capacidade tecnológica em consultoria de desenvolvimento de sistema de informação geográfico, web, desktop e mobile na plataforma ArcGIS a qual foi desenvolvido o Sistema SIGA-EMATER. A CONTRATADA deverá comprovar ao menos uma participação em projetos corporativos de desenvolvimento de sistemas de informação geográfica para gestão de dados ambientais no âmbito do governo na esfera federal, estadual e/ou municipal, apresentando no mínimo 01 atestado.

19 DEMAIS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

19.3 A CONTRATADA deverá comprovar e estar de acordo com os seguintes termos e requisitos no ato da assinatura do CONTRATO:

19.4 A consultoria deverá estar adimplente com todas suas obrigações fiscais e tributárias.

19.5 Os profissionais integrantes da equipe técnica da CONTRATADA devem fazer parte do quadro permanente da licitante no ato da assinatura do contrato. Havendo, durante a contratualidade, substituição desses profissionais, os substitutos deverão possuir as mesmas condições técnicas dos substituídos, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções legais.

19.6 A comprovação dos certificados deverá ser feita através da apresentação de cópia autenticada por cartório oficial. Para os certificados solicitados que não seja possível a autenticação, os proponentes devem indicar o endereço, telefone ou o sítio do órgão certificador que permita ao CONTRATANTE apurar a veracidade do certificado apresentado.

19.7 Os profissionais apresentados deverão fornecer “currículo vitae” assinado para demonstrar a experiência nas tecnologias relacionadas.

19.8 A apresentação do Atestado Técnico solicitados deverá ser feita por meio de cópia autenticada por cartório oficial.

19.9 Apresentação de um plano para realizar manutenção durante um ano após a entrega do produto.

20 DA HABILITAÇÃO

20.1 Para habilitação dos Licitantes serão exigidos as seguintes documentações relativas:

20.2 À Habilitação Jurídica;

20.3 À Habilitação Técnica;

20.4 Habilitação Econômico-financeira;

20.5 À Regularidade Fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Dívida Ativa da União.

20.6 À Regularidade Fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais; e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF.

20.7 À Regularidade junto a Justiça Trabalhista, com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

20.8 A documentação exigida para atender ao disposto nos subitens 22.1, 22.3, 22.4 e 22.5 deste item poderá ser substituída pelo registro cadastral perante o SICAF/PA atualizado.

21 DA PROPOSTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

21.1 Proposta deverá conter o Valor unitário de cada item e o Total do Item a ser contratado.

21.2 No preço apresentado pela empresa deverão estar incluídos todos os Tributos, Seguros, Fretes, Tarifas e Encargos decorrentes da execução do Contrato.

21.3 Serão julgadas as propostas que atenderem às especificações deste Termo de Referência, classificadas e adjudicadas as propostas de menor valor por item ou lote.

22 DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1 Pelo descumprimento das obrigações a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará-EMATER/PA, poderão aplicar as seguintes sanções administrativas, com estrita observância nos princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade:

22.2 Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 05 (cinco) anos, e será descredenciado no SICAF, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e Termo de Referência garantido o direito prévio a ampla defesa, e enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade competente que aplicou a penalidade, o licitante que:

- a)** retardamento da execução do certame;
- b)** não mantiver a proposta;
- c)** falhar ou fraudar na execução do objeto;
- d)** comportar-se de modo inidôneo
- e)** fizer declaração falsa; ou
- f)** cometer fraude fiscal.

23 MULTAS:

23.2 Pelo atraso na entrega dos serviços em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto deste processo licitatório;

23.3 Pela recusa em efetuar o cumprimento do objeto, caracterizada pelo descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas contratualmente: 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

23.4 Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste termo de referência e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado.

23.5 As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

23.6 As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada ou cobradas na forma prevista em lei.

24 DISPOSIÇÕES GERAIS

24.2 O objeto licitado poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o estabelecido nos §§ 1º a 8º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

24.3 A verificação do disposto no item anterior será exercida por cada Gestor de Contrato.

24.4 Em hipótese alguma serão aceitas proposta cujos valores dos itens sejam superiores aos preços máximos instituídos na planilha de cotação de preços desta EMATER-PA.

Marituba (PA), 01 de Julho de 2020.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



Andrio de Oliveira Cohen Melo

Jamerson Monteiro Rodrigues

Viana

Coordenador do Convênio nº 761392/2011-MAPA

Convênio nº 761392/2011-MAPA

COTEC/LABGEO

Responsável Técnico do

COTEC/LABGEO

Anexos I – MATRIZ DE RISCO.

Categoria do Risco	Descrição	Probabilidade (baixa, média, alta)	Impacto (baixo, médio, alto)	Consequências	Medidas Mitigadoras
Risco atinente ao tempo de execução	Atraso na entrega dos serviços por culpa do Contratado.	Médio	Alto	Não entrega e implementação da solução	Diligência do Contratado na execução contratual.
	Não entrega dos serviços por culpa do Contratado.	Médio	Alto	Não entrega e implementação da solução	Diligência do Contratado na execução contratual.
	Receber os serviços que não atendam aos requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos no instrumento convocatório.	Médio	Alto	Implementação da solução incompleta.	Diligência do Contratado na execução contratual.
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, que comprovadamente repercuta no preço do Contratado.	Médio	Alto	Aumento do custo do produto e implementação da solução incompleta'	Revisão de preço.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020

MODELO DE PROPOSTA

Ao:

Att. Pregoeiro –

Abertura: ____ de ____ de 2020.

Hora:

OBJETO:

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	Marca	Qtd/Und.
	LOTE.....		
01	Xxxxxx	00 und
Valor Unitário R\$: (..... por extenso)			
Valor Total R\$: (..... por extenso)			
	LOTE.....		
02	Xxxxxx	00 und
Valor Unitário R\$: (..... por extenso)			
Valor Total R\$: (..... por extenso)			
	LOTE.....		
03	Xxxxxx	00 und
Valor Unitário R\$: (..... por extenso)			
Valor Total R\$: (..... por extenso)			

⇒ Valor Total da Proposta R\$:

⇒ Validade da Proposta: 60 dias.

⇒ Prazo de entrega:

⇒ Dados Bancário:

Banco:

Agência:

Conta:

⇒ A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, é ciente de todas as condições do presente **Edital do Pregão Eletrônico nº. 009/2020** e concorda com as mesmas.

⇒ Os dados completos do responsável pela assinatura de contrato:.....

⇒ Local de entrega dos bens: **(Cidade de Marituba),**

...../PA, xx de de 2020.

Nome:

CPF:

ANEXO III**PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2020****TERMO DE CREDENCIAMENTO**

(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada por seu sócio ou proprietário Sr(a). _____, brasileiro, (estado civil), portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade _____, com poderes estabelecidos no ato de investidura (contrato social ou outro documento equivalente, etc...) conforme cópia em anexo, no uso de suas atribuições legais, nomeia e constitui seu bastante representante o Sr(a). _____, brasileiro, (estado civil), (cargo), portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade _____, com poderes para representá-lo junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará a participar no processo licitatório – **PREGÃO ELETRÔNICO nº 009/2020**, podendo apresentar proposta, solicitar esclarecimentos, ofertar lances, interpor e desistir de recursos, assinar atas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

Local e data _____

(Nome e CPF do representante legal da empresa)
Firma reconhecida



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2020

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

CONFORME ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009, DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

(Nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada na (endereço completo), neste ato representada por seu sócio ou proprietário Sr(a). _____, brasileiro, (estado civil), portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na cidade _____ doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital da presente Licitação, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data _____

(Nome e CPF do representante legal)



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2020

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A(O) (Razão social da empresa), CNPJ Nº, localizada à(endereço completo), DECLARA, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório– Pregão Eletrônico nº 004/2020.

Local e data _____

(Nome e CPF do representante legal da empresa)



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



ANEXO – VI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2020

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

A(O) (razão social da empresa), CNPJ Nº, localizada à(endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, nos termos do §2º do art.32, da Lei nº 8.666/93, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua participação no processo licitatório **(PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020)**, e que contra ela não existe nenhum pedido de insolvência/falência ou concordata, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara, finalmente, que possui as condições operacionais necessárias à perfeita execução do objeto.

Local e data _____

(Nome e CPF do representante legal da empresa)



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



ANEXO VII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2020

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF

A(O) (Razão social da empresa), CNPJ Nº, localizada à(endereço completo), DECLARA, em atendimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88 que não possui em seu quadro de pessoal **empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz.**

Local e data _____

(Nome e CPF do representante legal da empresa)

Obs: Se o licitante possuir menores de 16 anos na condição de aprendizes deverá declarar Expressamente.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO Nº009/2020

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____ Razão Social), CNPJ nº _____, sediada _____ (Endereço completo), DECLARA, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no art.3º da Lei Complementar 123/2006, que:

- a) Se enquadra como () MICROEMPRESA-ME ou () EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP;
- b) A receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006;
- c) Não tem nenhum dos impedimentos do §4º do art.3º da mesma lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data _____

(Nome e CPF do representante legal da empresa)

ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**MINUTA DE CONTRATO****CONTRATO Nº /2020****CONTRATO DE SERVIÇO DE TERCEIROS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO
RURAL DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA**
_____.

Pelo presente instrumento, de um lado a **EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL DO PARÁ – EMATER**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia Br 316 km 12, Marituba – Pará, CEP 67.200-970, inscrita no CNPJ sob o nº 05.402.797/0001-77, neste ato representado por sua Presidente a **SRA. CLEIDE MARIA AMORIM DE OLIVEIRA MARTINS**, Ordenadora de despesas, designada pelo Decreto de nº 1º, de 02 de Janeiro de 2019, brasileira, casada, engenheira agrônoma, residente e domiciliado em Belém-Pará, portadora do CIC/MF nº. 104.295.492-53 e C.I. nº. 1089394-SSP/PA, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa, CNPJ:, com sede na, neste ato representada pelo Sr., portador da Carteira de Identidade nº e CPF/MF. nº, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato de Aquisição, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2020**, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005, Complementar nº 123/2006, Decreto nº 1.093/2004, Decreto nº 2.069/2006, Lei Estadual nº 6.474/2002, Decreto nº 877/2008, Instrução Normativa nº 018/2008-SEFA, Decreto nº 878/2008, Decreto nº 1.173/2008, e, subsidiariamente, Decreto nº 2.121/2018 e a Lei Federal nº 13.303/2016 no Art. 32, inciso IV e demais legislação correlata, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1. Constitui objeto do presente contrato a licitação que tem como a **Contratação de Empresa Especializada no fornecimento de Serviços de Consultoria para desenvolver ajustes de Cadastramento de Informações Ambientais e Rurais nos Ambientes Desktops, Web e Mobile do SIGA-EMATER, incluindo Treinamentos e Consultorias para os Administradores e Usuários, conforme especificação relacionada no item 15 deste Termo de Referência e no Item 04 do Edital, para atender as necessidades do Convênio nº 761392/2011-MAPA e da EMATER/PA,**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS.

2.1. O valor global do presente contrato importa em R\$ 269.999,68 (Duzentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).

2.2. As despesas decorrentes dos Serviços para o Convênio nº 761392/2011-MAPA por conta da seguinte disponibilidade orçamentária:



- **PROGRAMA: 1508 – GOVERNANÇA PÚBLICA.**
- **P.I./AÇÃO: 4120008238-C – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.**
- **FONTE: 0660002991 - RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIAS – CONVÊNIO MAPA.**
- **ELEMENTO DE DESPESA: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Para garantir o cumprimento do presente contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

3.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

3.2. A CONTRATANTE exercerá fiscalização sobre a execução do contrato, ficando a **CONTRATADA** obrigada a facilitar o exercício deste direito;

3.3. Ficará nomeado como **Fiscal e Responsável de acordo com os art. 85 a 90 da Lei n.º 13.303/2016 c/c com o Art. 1º do Decreto Estadual nº 870/2013**, um (ns) Servidor (es) Público (s) nomeado pela Diretoria Administrativa (DIAD), desta EMATER-PARÁ, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, devendo ser o principal intermediador entre a **CONTRATADA e o CONTRATANTE**, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas e encaminhará a ocorrência à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

3.4. A presença da fiscalização não atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**.

3.5. Cabem ao responsável pela fiscalização o registro em relatórios de todas as ocorrências e deficiência porventura existentes na prestação dos serviços contratados e encaminhar cópia à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas;

3.6. Permitir acesso dos empregados da contratada (a) em suas dependências para a execução do Contrato;

3.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada);

3.8 Acompanhar e Fiscalizar a entrega de todos os Serviços licitados e solicitar a troca dos mesmos que não atenderem às especificações do objeto desse Pregão Eletrônico nº 009/2020;

3.9 Fiscalizar o cumprimento das obrigações ajustadas com A **CONTRATADA**.

3.10. Proceder à verificação das validades dos materiais diversos fornecidos pela **CONTRATADA**;

3.11. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções cabíveis, se não houver cumprimento do certame.

3.12. Documentar as ocorrências se houver na execução do objeto;

3.13. Realizar o pagamento da **CONTRATADA**.

3.14 Permitir acesso dos empregados da licitante vencedor (a) em suas dependências para a execução do Contrato;

13.15 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedor (a);

13.16 Acompanhar e Fiscalizar a entrega dos serviços licitados e solicitar a adequação dos mesmos que não atenderem às especificações do objeto desse Pregão Eletrônico nº 009/2020;

13.17 Fiscalizar o cumprimento das obrigações ajustadas com **A CONTRATADA**.

13.18 Proceder à verificação da eficiência e qualidade dos serviços fornecidos pela **CONTRATADA**; podendo haver solicitação de adequações e atualização quando necessário.

13.18 Aplicar à **CONTRATADA** as sanções cabíveis, se não houver cumprimento do certame.

13.19 Documentar as ocorrências se houver na execução do objeto;

13.20 Realizar o pagamento da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além de outras previstas neste contrato e na legislação pertinente, as seguintes:

4.1. Como condição para celebração do contrato, a **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas pela **CONTRATANTE**;

4.2. Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização por parte da **CONTRATANTE**;

4.3. Obedecer, rigorosamente, as especificações contidas na Cláusula Primeira deste instrumento;

4.4. Realizar testes e corrigir defeitos nos serviços, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a **CONTRATANTE**, durante o período de garantia;

4.5. Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente contrato;

4.6. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos equipamentos, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar à **CONTRATANTE** a plena utilização dos serviços adquiridos ou a respectiva indenização;

4.7. Entregar os serviços no local, prazo e condições estipuladas e indicado pela **CONTRATANTE**, no Termo de Referência e Edital;

4.8. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a contratante, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da **CONTRATADA** ou de quem em seu nome agir;

4.9. Responsabilizar-se:

- a) Por quaisquer acidentes na entrega dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação dos equipamentos, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Equipamentos” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

b) Pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos equipamentos, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário.

4.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE para a execução do Contrato;

4.11. Comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

4.12 Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas no certame;

4.13 Efetuar a troca de todos os serviços que não atenderem às especificações do objeto, no prazo assinalado no Termo de Referência e Edital;

4.14 Cumprir fielmente todas as disposições contidas no Edital, Termo de Referência, Minuta do Contrato e seus Anexos, desenvolvendo todos os materiais necessários a sua perfeita execução atendendo as solicitações e determinações da fiscalização, feitas por ordens de serviços, bem como fornecer todas as informações solicitadas pela fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTRATO.

5.1. O contrato a ser firmado, terá a vigência até 31 de Dezembro de 2020, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

5.2. A CONTRATADA deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Autoridade Competente.

5.3. Como condição para celebração do Contrato, a **CONTRATADA** deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

5.4. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e não apresentar justificativa a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, obedecido ao disposto nos incisos XXII e XXIII, do art. 11, do Decreto n.º 3.555/2000, alterado pelo Decreto n.º 3.693 de 20.12.2000 e § 2º.

5.5. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções de que tratam os Arts. 82 a 84, da Lei n.º 13.303/2016.

5.6 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará-EMATER/PA, designado especificamente para este fim, ficando o mesmo responsável por anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as Notas Fiscais ou Faturas.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DE ENTREGA/OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços de consultorias especializadas deverão ser entregue na EMATER – PA, devendo este ser nas dependências da empresa e/ou nos locais indicados pela administração durante a vigência do contrato

ou ainda em instalações próprias ou de terceiros, conforme as especificações de cada serviço e dos materiais e equipamentos necessários à realização dos mesmos, em horário comercial, **de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min**, no endereço abaixo relacionado ou outro pré determinado anteriormente pela contratante, com exceção de feriados nacionais, estaduais e/ou municipais: **Rodovia BR 316, Km 12 s/nº, Bairro Centro, CEP-67.200-970, Marituba – PA.**

6.2. Os serviços estarão sujeitos à devolução no caso de não atenderem aos quantitativos e as especificações do padrão de qualidade estabelecido no Termo de Referência do Edital.

6.3 O Fornecimento dos Serviços deverão ser entregues pelos fornecedores (a) ganhadores (a), obedecendo aos quantitativos estipulados no quadro de demanda emitido pelo órgão, no Item 04 da Especificação dos Materiais do Edital e o item 15 do Termo de Referência.

6.4 - Caberá ao fornecedor (a) entregar os Serviços de Consultoria Especializada em até 90 (NOVENTA) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho. Podendo ser prorrogado, a pedido do fornecedor (a), por igual período;

6.5. Após o prazo estipulado no item 6.4, sem o fornecedor (a) realizar as entregas, à EMATER-PA se reserva o direito de cancelar o pedido e/ou distratar o Contrato, o fazendo com o licitante que oferecer a segunda melhor proposta, sem prejuízo à aplicação das sanções referidas nos Artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

6.6. Todos os serviços, do presente processo, deverão apresentar-se conforme solicitado, com seus componentes íntegros e dentro dos padrões e adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou à certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), se for o caso.

6.7. Os serviços deverão apresentar toda a especificação técnica exigida sem exceção, bem como qualquer outro tipo de intervenção no produto final, que possa comprometer ou interferir na qualidade do serviço de consultoria especializada, será rejeitado, cabendo à contratada substituí-los ou repô-los no prazo máximo, estabelecido neste Termo de Referência e no Edital.

6.8. Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

a) Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações;

b) Definitivamente – após a verificação da qualidade dos serviços de consultoria especializada e consequente aceitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a aceitação provisória.

6.9 – Serão rejeitados pela Administração Pública, no todo ou em parte, os serviços que não atenderem as especificações técnicas ou qualidades exigidas, **no Termo de Referência e no Edital.**

6.10 – O prazo de substituição dos serviços quando não aceito pelo fiscal do Convênio se dará da seguinte forma:

6.10.1 O (A) **CONTRATADO (A)** deverá remover, às suas expensas, todos os componentes do serviço de consultoria especializada que estiver em desacordo com as especificações e/ou aquele em que for constatado inadequado que não atenda ao solicitado, providenciando a substituição do mesmo, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;**

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EMPENHO

7.1. Os licitantes que assinaram o contrato estarão obrigados a retirar a Nota de Empenho após o recebimento da convocação pelo órgão, através de ordem de fornecimento emitido pela EMATER-PA, devidamente recebido, nas condições estabelecidas no ato convocatório e nos respectivos anexos.

7.2. É facultado à Administração, quando o proponente vencedor (a) não apresentar situação regular no ato de retirar a Nota de Empenho no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

7.3 A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7.4. A EMATER/PA poderá considerar extintas as Notas de Empenho, de pleno direito, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, sejam obrigadas a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se a licitante adjudicatária:

7.5. Deixar de executar o fornecimento empenhado, nos prazos estipulados, ou infringir qualquer disposição contratada;

7.6. Tiver decretado sua falência, dissolver-se ou extinguir-se;

7.7. Recusar-se a receber ou executar qualquer solicitação ou instrução para melhor execução do fornecimento;

7.8 Atrasar, injustificadamente, o início do fornecimento;

7.9. Cometer faltas durante a execução do fornecimento;

7.10. Promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estruturada empresa, que prejudique a execução da Nota de Empenho.

7.11. Na inexecução do empenho, por culpa da licitante adjudicatária, a EMATER/PA aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao total que foi empenhado, calculado na data do respectivo pagamento, reservando-se, ainda, o direito de intentar ação judicial para indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO.

8.1. Para efeito de faturamento dos dispêndios realizados com o objeto do presente certame, deverá o licitante vencedor (a) realizar os seguintes procedimentos:

8.1.1. Emissão de nota fiscal, devendo conter a discriminação detalhada de todos os itens fornecidos.

8.2. O pagamento será efetuado pelo (a) **CONTRATANTE** mediante a entrega da Nota Fiscal, em 02 (duas) vias e recibo de quitação original não datado no momento da entrega dos materiais no endereço indicado pelo (a) **CONTRATANTE**. **Esclarecemos que deverá estar descrito, além dos dados exigidos normalmente, também os bancários e os do IEP, citando o número deste, nas informações complementares.**

8.2.1. O pagamento será condicionado à verificação da manutenção da habilitação com a apresentação das certidões negativas de débitos (Municipal, Estadual, Federal, FGTS e Trabalhista).

8.3. A Nota Fiscal deverá ser entregue ao (a) **CONTRATANTE**, acompanhada do detalhamento do valor unitário dos lotes, bem como o valor correspondente da taxa de gerenciamento, devidamente separado do valor dos outros itens/serviços e o valor correspondente a impostos, seguros, fretes, transporte, tributos, taxas, contribuições fiscais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o valor proposto para a prestação do serviço.

8.4. O pagamento será creditado em conta corrente da **CONTRATADA** junto ao Banco do Estado do Pará, preferencialmente, até 15 (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo de todos os materiais do objeto deste certame, por meio de ordem bancária, devendo para isto a contratada informar o número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, com a apresentação da Nota de Empenho ou Fiscal/Fatura com os documentos que atestam a Regularidade Fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como com a Justiça Trabalhista, desde que encaminhada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento;

8.4.1. O pagamento será efetuado preferencialmente por Crédito em Conta Corrente Aberta no Banco do Estado do Pará S/A ou Banco de preferência da Empresa Vencedor (a) do Certame de cada lote, e serão indicadas Agência e Conta na proposta, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, discriminativa, devidamente atestada pelo setor competente que requisitou o serviço e aferição do fiscal nomeado pela Diretoria Administrativa-DIAD.

8.4.2. Nos moldes do que determina o Decreto Estadual nº877 de 31 de março de 2008, o pagamento dos fornecedores e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, será efetuado preferencialmente mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará – BANPARÁ S/A;

8.4.3. Os licitantes vencedores (a) do certame, que ainda não sejam correntista do Banco do Estado do Pará S/A, deverão providenciar, a abertura de conta corrente na agência de sua preferência;

8.4.3 Conta Corrente Aberta no Banco do Estado do Pará S/A ou Banco de preferência da Empresa Vencedor (a) possui os seguintes dados:

Agência :.....

Conta corrente:

8.5. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida ao **CONTRATADO** pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras.

8.6. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o (a) **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo da prestação do serviço pela **CONTRATADA**.

8.7. O pagamento das Notas Fiscais somente será efetuado após a verificação de regularidade da contratada junto à seguridade Social-CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.9. Os credores deverão fazer constar a identificação da Agência e da Conta Corrente nos documentos de cobrança tais como **Notas Fiscais, Faturas, Recibos e Similares inclusive na proposta a ser encaminhada para fins de habilitação.**

8.10. Nenhum pagamento será efetuado á **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito alteração dos preços dos serviços contratados ou

atualização monetária por atraso de pagamento, conforme as disposições constantes no Decreto nº 877/2008 e Instrução Normativa nº 018/2008-SEFA.

8.11. Em havendo restrição quanto à regularidade Fiscal e/ou Trabalhista, o prazo constante no item anterior só começará a contar a partir da devida regularização.

8.12 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal / Fatura, serão os mesmos restituídos à **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a EMATER-PA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

8.13 – O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o (a) **CONTRATANTE**, nem deverá haver prejuízo da prestação do serviço pela **CONTRATADA**.

8.14. Observar-se-á ainda, se o CNPJ apresentado na Nota Fiscal/Fatura é o mesmo constante dos documentos habilitatórios.

8.15. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar a devida comprovação de acordo com o disposto na Lei n.º: 9.317/96 e sua sucessora, Lei Complementar n.º: 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.16. Para a licitante estrangeira que indicou na proposta de preços o recebimento do pagamento em moeda estrangeira, será utilizada a cotação do último dia útil anterior ao dia do pagamento.

8.17. Nas Notas Fiscais, as Informações Adicionais deverão constar também **Convênio 761392/2011-MAPA**.

8.18. No caso de devolução das notas fiscais, faturas ou recibos para correção, o prazo de pagamento estipulado passará a ser contado a partir da data de representação dos referidos documentos;

8.19. A licitante deverá fazer a identificação da agencia e de conta corrente nos documentos de cobrança dos serviços prestados tais como notas fiscais, faturas, recibos e similares;

8.20. Para fins de pagamento serão observados os procedimentos dispostos no Decreto Estadual n.º 877, de 31 de março de 2008 e a Instrução Normativa n.º: 018, de 21 de maio de 2008, da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFA.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. Pela inexecução total ou parcial dos produtos deste instrumento, a EMATER-PA poderá garantir a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da empresa, estabelecendo o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para que a **CONTRATADA** apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante análise da Administração;

9.1.2 Se a **CONTRATADA** (O) inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Art. 82 e 84 da Lei Federal nº. 13.303, de 30 de Junho de 2016, e ao pagamento de multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso na entrega dos materiais em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor estimado do objeto deste processo licitatório.
- b) Pela recusa em efetuar o cumprimento do objeto, caracterizada pelo descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas contratualmente: **10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;**
- c) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital e não abrangida nas alíneas anteriores: **1% (um por cento) do valor contratado.**

9.2. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a **10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.**

9.3 Ficarão impedidas de licitar e de empenhar com a Administração Pública, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- 9.3.1.** Recusar a Nota de Empenho da Despesa;
- 9.3.2.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- 9.3.3.** Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 9.3.4.** Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado;
- 9.3.5.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.3.6.** Cometer fraude fiscal.

9.4. As sanções previstas neste instrumento, no Termo de Referência e Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.4. O atraso injustificado na execução, conforme estipulado no Edital, por período superior a **30 (trinta) dias**, poderá ensejar a desclassificação da **CONTRATADA**.

9.5. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, casos não cumpridos, serão cobrados judicialmente.

9.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

9.7 A empresa vencedor (a) do Pregão Eletrônico nº **009/2020** deverá providenciar que os dados relativos às sanções aplicadas pelo Órgão sejam informados ou atualizados, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, conforme estabelece o Art.22, e também no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de acordo com o Art.23, todos da referida Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção - LAC, de 01/08/2013 c/c com os Arts. 82 e 84 da Lei nº 13.303/2016 – RP AGE 22.32 do Relatório de Gestão AGE nº 057/2018.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui a possibilidade de responsabilidade do licitante vencedor (a) por eventuais perdas e danos causados à Administração

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DOS SERVIÇOS.

10. Todos os serviços deverão possuir garantia **durante toda a vigência do contrato, contados a partir da data da entrega definitiva destes, ficando obrigado (a) o (a) fornecedor (a) a substituí-lo imediatamente**, sem qualquer ônus ao órgão ou entidade solicitante, caso se constate, neste período, qualquer avaria ou outra circunstância que a impeça de utilidade a que se destinam, a qual estará sujeita às despesas decorrente de devolução e nova entrega;

10.1.1 O prazo de validade dos Diversos Serviços deverá obedecer à legislação em vigor, observando-se as variáveis dos processos de obtenção.

10.2 A justificativa para a estipulação do prazo de garantia citado no **item 35.1** tem como principal finalidade, assegurar a qualidade dos serviços a ser prestado, através de consultoria especializada, bem como a possível substituição dos mesmos em casos de eventuais vícios detectados ao longo da utilização destes serviços, já que a existência de vínculos contratuais entre as partes facilita a negociação.

CLUASULA DÉCIMA PRIMEIRA-DA PRORROGAÇÃO E DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Será admitida a repactuação dos diversos materiais com prazo de **vigência até 31 de Dezembro de 2020, contatos da assinatura do competente termo;**

11.2. Nas repactuações subsequentes á primeira, será contada a partir da data da última repactuação ocorrida;

11.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção que fundamenta a repactuação;

11.4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva;

11.5. A repactuação somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- c)** Os preços praticados no mercado e em outros contratos da administração;
- d)** As particularidades do contrato em vigência;
- g)** O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- h)** A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- i)** Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, e a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

11.6. Quando modificado antes de afetiva conclusão da totalidade dos serviços previstos, o **CONTRATADO** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões ou acréscimos que se fizerem necessárias nos serviços, **até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

12.1. Ficará nomeado como **Fiscal e Responsável pelo Contrato de acordo com Art. 1º do Decreto Estadual nº 870/2013**, um (ns) Servidor (es) Público (s) nomeado pela Diretoria Administrativa (DIAD), desta EMATER-PARÁ, para acompanhar e fiscalizar a execução, devendo ser o principal intermediador entre a **CONTRATADA** e o **CONTRATANTE**.

12.2. A empresa **CONTRATADA** ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos por ventura requeridos pelo **CONTRATANTE**, que designará um representante para acompanhar a execução do Contrato;

12.3 A existência da fiscalização da **CONTRATANTE**, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa **CONTRATADA**, na execução do Contrato.

12.4. A execução do Contrato será Acompanhada e Fiscalizada por um representante do **CONTRATANTE** especialmente designado.

12.5. A execução do objeto deste certame será Acompanhado (a) e Fiscalizado (a) por um (ns) Servidor (es) do quadro funcional da **CONTRATANTE**, que terá, entre outra, as seguintes funções:

a). Verificar se a contratação atende as formalidades legais, especialmente no que se refere à qualificação completa dos contratados;

b). Verificar se o cronograma físico-financeiro da aquisição dos objetos se desenvolva de acordo com a Nota de Empenho;

c). Prestar ao Ordenador de Despesa, informações necessárias ao reajustamento de preços previstos;

d). Da ciência a Presidente da EMATER/PA sobre as ocorrências que possam ensejar na aplicação de sanções administrativas ao contratado, alterações necessárias no objeto;

e). Atestar a conclusão das etapas ajustadas; prestar informações necessárias sobre o andamento da execução contratual;

f). Verificar a articulação entre as etapas, de modo que os objetivos sejam atingidos;

12.6. A CONTRATANTE exercerá fiscalização sobre a execução do contrato, ficando a **CONTRATADA** obrigada a facilitar o exercício deste direito;

12.7. A fiscalização/gestão dos contratos derivados do presente certame estará a cargo da Administração Pública do órgão/entidade **CONTRATANTE**, por intermédio do(s) servidor (es) designado para tal finalidade, no **item 34.1** deste referido Edital e nos termos do art. 85 a 90 da Lei n.º 13.303/2016 c/c com o Art. 1º do Decreto Estadual nº 870/2013, o qual registrará todas as ocorrências e deficiências verificadas e encaminhará a ocorrência à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

12.8. Fiscalizar, se for o caso, de cumprimento, pela contratada, das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, no que se refere à execução do contrato, exigindo os documentos necessários para tanto.

34.9. A presença da fiscalização não atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**.

12.10. Cabe o responsável pela fiscalização o registro em relatórios de todas as ocorrências e deficiência porventura existentes na prestação dos serviços contratados e encaminhar cópia à **CONTRATADA** para a imediata correção das irregularidades apontadas;

12.11. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

12.12. Remeter, no 5º dia útil do bimestre subsequente, Relatório de Acompanhamento da execução contratual; certificar o recebimento dos objetos, mediante Atestado de Execução e de Termo Circunstanciado, comunicar ao Controle Interno, ao Setor Jurídico e a EMATER/PA quando ocorrerem irregularidades que não tenham sido sanadas tempestivamente ou a contento.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO.

13.1 A **CONTRATADA** que cometer os delitos mencionados no artigo da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, e lei 13.303/2016, estará sujeita às penalidades neles previstas.

13.2. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente a entrega dos equipamentos, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, asseguradas a defesa prévia.

13.3. SUBCLÁUSULA ÚNICA - Este contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
- b) Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
- c) Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d) Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) No interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de 5 (cinco) dias, com o pagamento dos equipamentos adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE.

14.1. Em atendimento ao disposto da Lei nº 12.846/2013, no Decreto Federal nº 8.4200/2015, no Decreto Estadual nº 2.289/2018 e demais normativas correlatos, bem como em cumprimento ao princípio da moralidade, para assinatura do contrato a licitante adjudicatária deverá comprovar que mantém programa de integridade, consistindo no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

14.2. Na hipótese de a adjudicatária não ter instituído o programa de integridade, poderá ser concedido prazo de 60 (sessenta) dias para implantação do referido programa, a iniciar na data de assinatura do

presente Contrato, que deverá atender aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Estadual nº 2.289/2018, elencados abaixo:

- a) Comprometimento da alta direção da **CONTRATADA**, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;
- b) Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicavam a todos os empregados e administradores, independentemente de cargo ou função exercidos;
- c) Padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- d) Treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;
- e) Análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- f) Registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da **CONTRATADA**;
- g) Controles Internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras da **CONTRATADA**;
- h) Procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
- i) Independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;
- j) Canais de denúncia de irregularidade, abertos e amplamente divulgadas a funcionárias e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé.
- k) Medidas disciplinares em caso de violação do programa de integridade;
- l) Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- m) Diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;
- n) Verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;
- q) Monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013; e
- r) Transparência da **CONTRATADA** quanto a doações para candidatos e partidos políticos realizadas pelas pessoas físicas que a integram.

Parágrafo primeiro. O programa de integridade, instituído ou a ser instituído, será objeto de avaliação inicial e periódica pela **CONTRATANTE** quanto a sua efetividade, por critérios objetivos, em atendimento aos parâmetros dispostos no Artigo 58 do Decreto Federal nº 2.289/2018.

Parágrafo segundo. Na hipótese de o programa de integridade não atender aos parâmetros definidos acima, após a avaliação, será concedido prazo de até 60 dias para reestruturação, sobre pena de rescisão unilateral do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÕES.

15.1. A CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

- VIII)** Fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.240/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **CONTRATANTE**.
- IX)** Promover, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- X)** Receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- XI)** Contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- XII)** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificação ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente Contrato;
- XIII)** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- XIV)** Dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da **CONTRATADA**, ou emitir informações inverídicas à fiscalização.

15.2. A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, relacionadas durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção.

15.3. A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à **CONTRATANTE** sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato.

15.4. Obriga-se a **CONTRATADA** na execução do presente Contrato a informar prontamente, por escrito, à **CONTRATANTE** sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção.

15.5. O não cumprimento pela **CONTRATADA** das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao **CONTRATO** e conferirá a **CONTRATANTE** a prerrogativa de rescindir unilateralmente o **CONTRATO**, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento.



15.6. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais.

15.7. Os presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O horário de funcionamento da EMATER-PA é de 08h00min as 16h00minh, de segunda a sexta-feira.

16.2. É vedada a subcontratação para o fornecimento objeto desta licitação.

16.3. No que tange a **Matriz de Risco** as definições a que está exposta à execução do objeto advindas de eventos supervenientes á contratação, encontram-se no **ANEXO I** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO.

O presente contrato será publicado, no prazo de 10 (Dez) dias a contar da data da assinatura no Diário Oficial do Estado na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO.

O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente contrato é o da Justiça Comum de Marituba, Estado do Pará.

E por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Marituba(PA), _____ de _____ de 2020.

Empresa de Assistência Téc. e Ext. Rural
Contratante.

Empresa Contratada.

TESTEMUNHAS:



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

Vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP

Endereço: Rodovia BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.200-970

Fone/Fax: CPL (91) 3299-3463 – E-mail: cpl@emater.pa.gov.br



Nome _____

CPF nº _____

Nome _____

CPF nº _____